

Tribuna Operária

ANO VI — Nº 213 — DE 22 A 28 DE ABRIL DE 1985

Cr\$ 1000

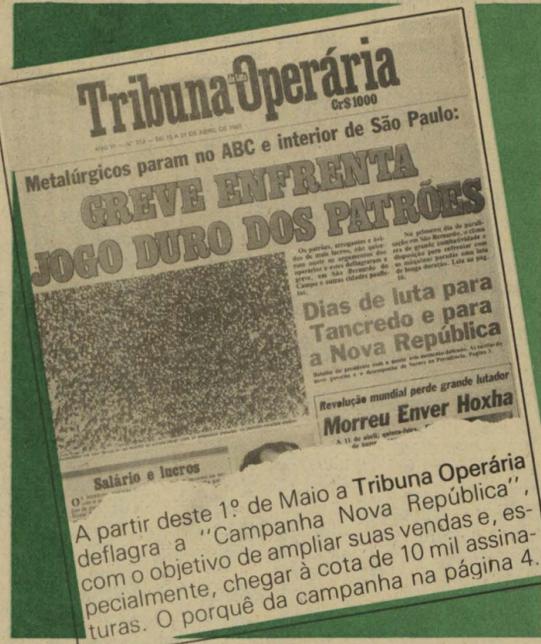
IMPERIALISMO TECE INTRIGAS CONTRA A NOVA REPÚBLICA

Por que os jornais "New York Times" e "Wall Street Journal", arautos do grande capital financeiro americano,

acham que José Sarney não tem "estatura" para ser presidente do Brasil? O "Wall Street" deu uma pista: é porque Sarney não

impediu, à velha moda ditatorial, a greve dos metalúrgicos paulistas.

Pág. 3



EDITORIAL

Apoio a José Sarney

Para possibilitar a Nova República formou-se uma vastíssima unidade de forças políticas, tendo como centro a figura de Tancredo Neves, que por sua trajetória oposicionista passou a representar a esperança de mudanças. Hoje, com sua doença, esta unidade se concretiza em torno de José Sarney — presidente interino mas que a qualquer momento pode ser chamado a assumir definitivamente o posto. Uma unidade abstrata, em torno apenas dos compromissos gerais da Aliança Democrática, não atenderia às necessidades políticas. O trabalho de todos os interessados na consolidação da democracia e nas transformações progressistas ficaria disperso se não convergissem praticamente neste apoio a Sarney.

Mas existe certos entraves que dificultam os primeiros passos da democracia. É evidente que para exercer plenamente a Presidência José Sarney se defrontará com a necessidade de promover reajustes e adaptações no governo de acordo com a evolução do quadro político. Surgem então, em função disto, um alvoroço, como se fosse desabar uma tempestade. No fundo revela-se a manifestação de interesses menores, dos que ao invés de considerar as exigências do país e do povo, giram em torno de suas ambições pessoais e de grupo. Com receio de perder certos privilégios, não vacilam inclusive em colocar obstáculos ao desenvolvimento da Nova República.

De outra parte surge — às vezes camuflada e em outras ocasiões abertamente — a tendência a contrapor o PMDB ao governo, com o pretexto de que este partido é o principal sustentáculo da Aliança Democrática. É um argumento estreito e interesseiro. O alicerce essencial da Nova República é a unidade ampla, sem exclusivismo. O fato de o PMDB ser o maior partido dentro da coalizão que se criou, não o autoriza a considerar-se superior às outras legendas, a ter mais direi-

tos de opinar ou a gozar de privilégios especiais junto ao governo.

Todas as correntes que trabalham para derrotar os generais na campanha sucessória têm a responsabilidade, diante do povo e da nação, de contribuir para a construção da democracia real em nossa pátria. Diante da grave situação criada pela ausência — temporária ou definitiva — de Tancredo Neves, não se pode permitir nenhuma vacilação no respaldo a José Sarney. É muito menos a tentativa de barganhar favores ou cargos para que este apoio se materialize.

Uma terceira fonte de futricas vem à tona com considerações sobre as "condições" de Sarney cumprir as tarefas que lhe foram colocadas nas mãos. E tais ressalvas aparecem com uma conotação democrática e de esquerda: "Ele representa o continuísmo" dizem estes "radicais" tão zelosos. Mas sintomaticamente esta mesmíssima dúvida surge na imprensa norte-americana, em jornais como o "New York Times" e o "Wall Street Journal", portavozes do imperialismo e do capital financeiro!

A substituição da transição pelo continuísmo não poderia ser decidida por um só indivíduo, fora da coalizão de forças que o sustenta. Além do mais José Sarney tem se revelado fiel aos compromissos firmados por Tancredo. Não será a falta de Tancredo Neves — por mais importante que seria a sua presença à frente do governo — que vai botar tudo a perder.

O que interessa, na situação atual, é superar o quanto antes esta prova adicional que a vida impôs à transição democrática. Aos democratas cabe dedicar um empenho especial no apoio a José Sarney, para assegurar o seu mandato e, sobretudo, impulsionar o funcionamento da Nova República de acordo com os anseios do povo e as exigências do progresso.



Foto: Cesar Diniz. Na assembleia de São Bernardo, os operários aclamaram com entusiasmo a disposição de seus companheiros de São Paulo

Greve metalúrgica ganha mais adesões e vitórias

Enquanto quase 50 empresas já aceitaram a jornada semanal de 40 horas, os metalúrgicos da capital paulista decidem em assembleia ir à greve, dia 24, somando-se aos seus companheiros. Pág. 10

A tragédia da terra no país do latifúndio

A questão agrária e a política agrícola em debate. Pág. 5

Ocupantes do seringal Capuaba defendem com coragem suas glebas

Onde antes os trabalhadores eram tratados como escravos, 15 famílias lutam por seus direitos. Pág. 6



Festival da falsificação anticomunista

Morte de Enver Hoxha vira pretexto para grosseiras mentiras e ataques à Albânia socialista. Página 2

Trabalhadores decididos a parar aviões

Aeronautas e aviários prometem ir à greve dia 23 para recomposição dos seus salários. Leia na página 7

Questões em destaque para o 1º de Maio

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

A unidade que os trabalhadores exigem para vencer o imperialismo. Tem de ser na luta e para a luta. Página 6

Ofensiva anti-comunista e anti-albanesa na imprensa

Foi enterrado no Cemitério dos Mártires da Nação, Tirana, no dia 15, o dirigente da luta de libertação e do Partido do Trabalho da Albânia, Enver Hoxha. Durante os funerais, foi suspenso o trabalho em todo o país por 5 minutos, e soaram as sirenes das fábricas e empresas, dos trens e navios. Salvas de 21 tiros de canhão foram dadas em Tirana, Gjirokastra — terra natal de Enver — e nas principais cidades albanesas.

Por ocasião da morte de Enver Hoxha, a imprensa burguesa aproveitou para destilar seu anticomunismo, semear a confusão sobre a realidade albanesa e atacar o governo e o povo daquele país. Enver Hoxha foi apresentado como um "ditador implacável". A Albânia seria, segundo os monopólios da comunicação, "um dos países mais fechados, secretos e enigmáticos do mundo"; "atrasado, sob regime obscurantista, essencialmente agrícola"; comentou-se ainda a imprensa "miséria intelectual na Albânia, onde praticamente toda a produção intelectual gerada no Ocidente e mesmo nos países do Leste está proibida".

DENUNCIANDO AS CALÚNIAS

A Associação de Amizade Brasil-Albânia (AABA) divulgou nota esclarecendo a opinião pública sobre essas inverdades. Enver Hoxha foi "um homem que dedicou toda a sua vida e suas energias físicas e intelectuais à causa do povo e da pátria. Na luta de libertação nacional contra o ocupante nazi-fascista, destacou-se como político hábil e estrategista talentoso; nos anos da construção do socialismo distinguiu-se como brilhante homem de Estado e ideólogo, que soube sistematizar e aplicar na realidade concreta de seu país os princípios filosóficos e econômicos do marxismo. Não detinha nem monopolizava o poder pessoalmente, visto que a direção do Partido e



Enver: alvo do ódio das agências internacionais de notícias

do Estado em seu país é corlegiada", elucida a AABA.

Na arena internacional, a Albânia mantém relações diplomáticas, comerciais e culturais normais com mais de 100 países do mundo, dentre os quais Itália, Grécia, Turquia, França, Bélgica, Suíça, Holanda, Áustria, Portugal, e com todos os países do Leste Europeu, exceto a URSS. "Porém", notifica a AABA, "não foi a Albânia que rompeu relações com essa superpotência, mas a própria União Soviética, em 1961, quando esta era governada por Nikita Krushev. Com a China, o rompimento se deu a partir de uma atitude unilateral de Pequim que, em 1978, suspendeu todos os acordos econômicos e comerciais com Tirana".

Dentro deste quadro se insere a decisão albanesa de rejeitar as falsas "condolências" enviadas pelos social-imperialistas soviéticos pela morte de Enver Hoxha. Trata-se de uma delimitação de campos: não será compactuando com a demagogia dos revisionistas de Moscou que a Albânia

praticará uma política exterior de princípios, proletária.

A Albânia mantém relações normais com a maioria esmagadora dos países da África e Ásia, inclusive o Japão. No continente americano, desenvolve relações com Canadá, México, Nicarágua, Cuba, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Argentina. Recentemente uma delegação albanesa participou das solenidades de posse do presidente em exercício José Sarney, a convite do Itamarati. Na oportunidade o representante albanês na ONU, embaixador Justin Papagorji — que chefiou a delegação ao Brasil — expressou o desejo "do governo albanês, da Assembléia Popular e pessoalmente do camarada Enver Hoxha de normalizar e incrementar as relações com o Brasil, inclusive com a troca de embaixadores".

AVANÇOS ECONÔMICOS

Sobre o "atraso econômico" divulgado pelas agências de notícias, a AABA desmente: "A Albânia é um país industrializado, com invejáveis taxas de crescimento. Trata-se de uma indústria ramificada que atende às principais necessidades da população em produtos dos ramos energético, petrolífero, químico, petroquímico, farmacêutico, mineração de carvão, cobre e cromo, metalúrgico, siderúrgico, mecânico, madeireiro, papelero, materiais de construção, vestuário, alimentício, vidros e porcelanas e matérias plásticas. Para este ano estão pre-

vistas as seguintes taxas de crescimentos em relação ao ano passado: produção industrial global, 6,2%; mineração de carvão, 6,4%; energia elétrica, 5,1%".

Em relação à agricultura, a produtividade do trigo está entre as mais avançadas do mundo (cerca de 7 toneladas por hectare nas unidades de produção mais avançadas). Cerca de 60% das terras aráveis são beneficiadas por um moderno sistema de irrigação. A taxa de eletrificação é das mais altas, não havendo cidade ou povoado que não esteja ligado ao sistema elétrico do país. A Albânia exporta uma variada gama de produtos industrializados, sendo inclusive vedada a exportação de minérios ou produtos agrícolas *in natura*.

FLORESCIMENTO CULTURAL

Sob o poder popular, encabeçado por Enver Hoxha, os albaneses "assistiram a um florescimento sem precedentes da cultura em geral, da literatura e das artes em particular, abarcando todas as modalidades. A Albânia é frequentemente visitada por artistas e intelectuais estrangeiros que lá apresentam livremente seus trabalhos. Outrossim, diversos artistas albaneses apresentam fora das fronteiras de seu país seus trabalhos artísticos. No campo da literatura, foi sob a égide de Enver Hoxha que o público albanês pôde ter acesso às obras de escritores como Homero e Ésquilo, Dante e Shakespeare, Cervantes e Goethe, Walter Scott, Bernard Shaw, Alexandre Dumas, Dreiser, Ibsen, Heine, Stendhal, Byron, Balzac, Victor Hugo, Tolstoi, Dickens, Emile Zola, Jack London, Whitman, Tchekov, Brecht, Mark Twain, John Steinbeck, Lesli Walles, Herminway, Gabriel Garcia Marquez, Jorge Amado, Guilherme de Figueiredo e muitos outros.

"A desmentir a 'miséria intelectual' citamos ainda os dados de que a Albânia não tem analfabetos e que um em cada três cidadãos frequenta a escola nos seus diversos graus. Além disso, o ensino fundamental de 1ª a 8ª série é obrigatório e a Universidade possui critérios democráticos de ingresso. Temos ainda a informar que a Rádio e Televisão Albanesa está em contato com várias redes de televisão ocidentais, inclusive algumas brasileiras, para adquirir filmes e seriados".

A AABA coloca-se à disposição para fornecer quaisquer informações adicionais sobre a Albânia em sua sede, à rua Barão de Itapetininga, 297, 5º andar, sala 53, fone 255-1861. CEP 05301, caixa postal 01042.

O drama cambojano dez anos após vencer os EUA

Há dez anos, em 17 de abril de 1975, o povo do Camboja em armas infligiu pesada derrota ao imperialismo norte-americano. Naquele dia a capital cambojana, Phnom Penh, caiu em mãos das forças guerrilheiras, completando a expulsão dos agressores. Parecia o início de uma vida nova e feliz para aquele povo destemido. Mas, desgraçadamente, não foi.

A resistência nacional dos cambojanos vem desde 1863, quando o país foi dominado pela França. Em 1953, o povo expulsa o colonialismo francês. É o período em que as lutas de libertação nacional ganham novo alento na Indochina, com a liberação também do Vietnã e do Laos.

Guiado ao poder pelo movimento de resistência nacional, o príncipe Norodom Sihanouk, embora esposando posições patrióticas, revela-se vacilante e faz concessões ao imperialismo norte-americano. Na ótica do príncipe Sihanouk, o principal inimigo a combater seria a "ameaça dos guerrilheiros comunistas vietnamitas".

Em 1970, a estratégia do imperialismo norte-americano para o sudeste asiático se torna mais agressiva. Aquela altura, tornava-se evidente que aqueles povos tinham optado por um novo modo de vida. Não aceitavam mais os grilhões da dependência e estavam dispostos a rompê-los. O Vietnã era o exemplo. Diante do perigo da perda de posições, os EUA decidem-se por uma política abertamente intervencionista. Articulam e organizam política e militarmente um golpe de Estado contra o príncipe Sihanouk, colocando à testa do país o governo fantoche de Lon Nol.

Começa então nova etapa da luta do povo cambojano. Alastra-se por todo o país a guerra patriótica contra o regime de Lon Nol e seus patrões ianques. Ampliam-se desse modo o teatro de operações e a frente política da luta dos povos indochineses contra o inimigo comum.

Os EUA enviam para o Camboja as suas tropas de ocupação, contando com a ajuda do exército títere sul-vietnamita. Durante meses consecutivos o governo norte-americano, através do Pentágono, patrocinou intensos bombardeios aéreos. Os piratas do espaço vomitaram sobre o território cambojano toneladas de bombas causando a morte de centenas de milhares de pessoas. Nesse sentido, a tomada de Phnom Penh e a libertação do Camboja constituíram assinalada vitória política e militar.

RECONSTRUÇÃO DESVIRTUADA

A reconstrução do país, iniciada em seguida, foi anunciada pelo novo regime, como o ponto de partida para a edificação socialista. Mas logo se viu que o regime de Pol Pot e Ieng Sary era uma caricatura grotesca de uma espécie de "socialismo" ou "comunismo asiático", usada pela reação mundial para desmoralizar e desacreditar o socialismo científico.

Pol Pot, Ieng Sary e seu grupo formaram uma camarilha de provocadores que depreciou a luta heróica do povo cambojano, desvirtuando-a e utilizando-a para fins reacionários. Suas medidas políticas e econômicas causaram espanto e horror na opinião pública. Representaram uma aberta negociação dos princípios básicos da transição revolucionária, da consolidação da etapa antiimperialista da revolução e do ingresso na etapa socialista.

Derrota avassaladora dos direitistas no Peru

A direita, o partido Ação Popular do atual presidente Belaunde Terry, foi fagorosamente derrotada nas eleições peruanas. Mesmo no poder, os governistas não conseguiram conquistar sequer 6% dos votos — sete milhões de peruanos votaram nas eleições de domingo.

Alan Garcia, da Apra (de tendência social-democrata), venceu o pleito; obtendo 48,85% dos votos. Mas com esse resultado impõe-se um segundo escrutínio, em que disputarão a Apra e o segundo colocado, Esquerda Unida. Enquanto isto, o país encontra-se numa situação delicada, açoitado pelas ações criminosas do Exército — que ameaça com um golpe de Estado — e pelas provocações do Sendero Luminoso.

O resultado da eleição deixa evidente o repúdio da população peruana à política imperialista do governo Belaunde Terry, seguidor fiel dos di-

OPINIÃO

Vicissitudes da luta revolucionária

A tragédia cambojana ilustra com eloquência as vicissitudes que castigam muitos movimentos revolucionários na atualidade. O povo cambojano foi capaz de levantar-se em armas, quebrar os grilhões do colonialismo francês e do neocolonialismo americano. Deu provas de destemor, de heroísmo até. Mas não conseguiu construir a vida que almejava, feita de progresso, liberdade e autêntica independência nacional. Sua revolução foi desfigurada. O imperialismo e a reação mundial aproveitaram-se deste fato para atacar a revolução, através de filmes, livros, artigos.

O caso do Camboja é um alerta oportuno. Em nossos dias fervilham as revoluções. Porém — é preciso dizer — muitas delas estacam ou retrocedem após a vitória.

A raiz do problema está nas forças que orientam estas lutas. O processo revolucionário que a humanidade vive hoje tem caráter proletário, socialista e, portanto, exige a condução da classe operária e de seu partido marxista-leninista. Qualquer outra direção, burguesa, pequeno-burguesa, camponesa, quando muito consegue vencer esta ou aquela etapa da luta, mas não consegue levá-la até o fim.

Adotou-se a política dos "grandes deslocamentos da população para o campo", da prioridade à construção das "comunas agrícolas", o que provocou, ao lado do genocídio por motivações políticas, a redução da população da capital de 1 milhão para 30 mil habitantes em três anos!

REPRESSÃO SELVAGEM

O regime de Pol Pot e Ieng Sary se distinguiu como campeão da selvageria repressiva, liquidando homens simples do povo, perseguindo intelectuais e democratas. Perpetrou crimes de lesa-humanidade promovendo o genocídio de mais de 1 milhão de pessoas. Em política externa, revelou-se um lacaio dos revisionistas chineses, que o utilizaram como instrumento para provocações fronteiriças no vizinho Vietnã, conduzindo aos lamentáveis episódios de janeiro de 1979, com a invasão do Camboja pelo Vietnã, seguida da agressão imperialista da China no Vietnã.

Hoje, o bando terrorista de Pol Pot, a soldo da China e dos imperialistas norte-americanos, tenta retomar o poder, realizando ações armadas, em conluio com os EUA e os regimes reacionários da ASEAN — Indonésia, Filipinas, Malásia, Cingapura e Tailândia.

O quadro se torna mais complexo para o valente povo cambojano pela presença continuada de tropas vietnamitas em seu território, configurando uma abusiva e inaceitável situação de ocupação militar. A União Soviética revisionista e social-imperialista tem todo interesse na continuidade dessa ocupação, pois cria a possibilidade para sua interferência direta nos assuntos da Indochina que, é bom que se frise, dizem respeito apenas aos povos da região. (José Reinaldo Carvalho)



Ramiz Alia, o novo primeiro-secretário do PTA

Eleição de Ramiz Alia

Durante sessão plenária do Partido do Trabalho da Albânia, dia 13, foi eleito, por unanimidade, Ramiz Alia para o cargo de primeiro-secretário do PTA. A função era exercida por Enver Hoxha desde a fundação do Partido, em 8 de novembro de 1942.

O primeiro-secretário nasceu em 1925, em Shkodra. Ainda adolescente participou da fundação da Juventude Comunista, ingressando no Partido em 1943. Devido às destacadas atividades políticas e militares que desenvolveu na guerra de libertação nacional, Ramiz Alia foi eleito em 1944 membro do secretariado da União da Juventude Antifascista e, em 1948, primeiro-secretário da União do Trabalho da Albânia (antiga JC).

Ainda em 1948 participou do I Congresso do PCA (hoje PTA), eleito para o Comitê Central. No II Congresso, em 1952, foi eleito suplente do birô político, e em 1961, membro do birô político e do secretariado do Partido do Trabalho da Albânia.

Ramiz Alia é deputado à Assembléia Popular desde sua segunda legislatura, presidindo esse órgão do poder popular a partir de 1982. O atual primeiro-secretário do PTA também já exerceu as funções de ministro da Educação, e presidente do Conselho Geral da Frente Democrática. "Camarada Enver, o Partido do Trabalho da Albânia continuará sendo sempre forte e vermelho como você o desejava", declarou o novo primeiro-secretário do PTA.

Delegação brasileira

O Brasil esteve presente nos funerais do líder do Partido e do povo albanês, Enver Hoxha. Delegação do governo brasileiro, chefiada pelo embaixador do Brasil na Grécia, Alarico da Silveira, participou em Tirana das cerimônias fúnebres no dia 15.

O gesto amistoso do governo da nova República em relação ao país dos Balcãs aponta no caminho do estabelecimento de intercâmbio diplomático normal entre as duas nações. Na posse do vice-presidente José Sarney, esteve presente, a convite do Itamarati, uma delegação albanesa.

No Congresso Nacional, o deputado baiano Haroldo Lima registrou o pesar dos brasileiros pelo falecimento de Enver Hoxha. Após uma sucinta biografia do líder

comunista albanês, o parlamentar destacou:

"As obras de Enver Hoxha começam a chegar no Brasil, nos albores da Nova República. A classe operária brasileira e todos os trabalhadores do país devem buscar aprender com a rica experiência acumulada e transmitida pelas diversas obras marxistas-leninistas de Enver Hoxha. E com a firme convicção de que o processo político e social brasileiro terá de ser encaminhado a partir das condições próprias do Brasil, e de maneira alguma poderá ser importado, a classe operária brasileira, principalmente seus setores de vanguarda, aderiram com pesar ao falecimento do grande líder proletário Enver Hoxha, reverenciaram a sua memória".



Alan Garcia: vitória no primeiro turno



Bancários do Sulbrasileiro lotam as galerias do Congresso em Brasília: pela estatização

Sulbrasileiro: quem deve pagar pela roubalheira?

Logo nos primeiros dias da Nova República, a nação se depara com o grave problema de novos escândalos financeiros, como as recentes falcatruas perpetradas pelo conglomerado Sulbrasileiro-Habitasul. Instalado o debate, logo de início surge uma dúvida: deve ou não o governo continuar injetando recursos públicos para socorrer instituições financeiras falidas por culpa exclusiva da incúria de seus administradores?

A resposta imediata a essa questão nos parece simples: não.

No entanto, no caso do Sulbrasileiro, as coisas não são tão simples como parecem à primeira vista.

Na semana passada, o governo enviou ao Congresso Nacional uma mensagem propondo a abertura de um crédito especial de Cr\$ 900 bilhões para sanear o Sulbrasileiro e desapropriar suas ações. Essa atitude da Nova República já representa uma mudança em relação ao regime anterior. Pela primeira vez, nos últimos anos, uma decisão desse tipo será tomada pelo Congresso Nacional e não exclusivamente pelo Executivo. Se, de um lado, esse aspecto é positivo e salutar, de outro coloca na mesa do debate uma importante preliminar: se o governo coloca para o Congresso decidir uma questão localizada, embora importante, deve, também, daqui para frente, seguir essa norma geral em todas as questões econômicas, particularmente na da dívida externa.

UM SEGURO DO CAPITAL
Isto posto, entremos na análise do mérito do problema. A mensagem do governo justifica a injeção de recursos



OPINIÃO PARLAMENTAR
ALDO ARANTES
Dep. Federal - PMDB - GO

sob o argumento de que a liquidação extrajudicial do conglomerado traria maiores gastos ao poder público. Porém, não fornece ao Congresso nenhum dado concreto que comprove isso. Outra alegação apresentada é a de que não se pode deixar a economia do Sul do país entrar em colapso e de que é preciso garantir o emprego dos 24 mil funcionários do banco. Mas a solução proposta certamente criará um problema político para o governo junto à opinião pública, na medida em que é conhecido o repúdio popular à prática do governo de dar as mãos para salvar capitalistas inescrupulosos e desonestos.

Será essa solução uma medida justa? Parece-nos que não. A classe operária e os trabalhadores até hoje não conseguiram conquistar o seguro-desemprego. Por que os capitalistas terão um seguro do capital? Os trabalhadores não têm reajustes automáticos de salários, enquanto os capitalistas têm há muito tempo reajustes automáticos do capital, com a correção monetária. Nesse debate é preciso analisar antes de mais nada uma premissa básica: a quem vai beneficiar essa solução? Aparentemente, ela beneficia priorita-

riamente os grandes investidores e os empresários que agiram fraudulenta e dolosamente. Segundo a revista *Veja* de 10 de abril, Cr\$ 700 bilhões serão gastos apenas para liberar o dinheiro dos grandes investidores congelado no open.

OS INTERESSES EM JOGO

A Nova República não pode criar o precedente de injetar recursos públicos para sanear a ação criminosa de capitalistas sem escrúpulos. Porém a liquidação pura e simples também não nos parece positiva, uma vez que as cartas-patentes do banco ficariam à disposição dos grandes conglomerados financeiros a preços abaixo do seu real valor de mercado. Com isso, corre-se o risco de fortalecer ainda mais a concentração bancária nas mãos de poderosos grupos, principalmente internacionais.

A questão é, portanto, profundamente polêmica. E o debate não pode ser travado à luz de divergências regionais. O que está em jogo não são interesses apenas de uma região, mas de todo o país, e, em especial, as consequências sociais dessas medidas. É preciso encontrar uma solução que leve em conta duas premissas fundamentais: os trabalhadores não podem, em nenhuma hipótese, ser prejudicados; e a pequena e média empresa com interesses no Sulbrasileiro também precisa ser resguardada.

Chegamos assim a algumas conclusões. Primeiro, não à injeção de recursos públicos para premiar um crime. Segundo, o melhor caminho parece ser o da estatização do banco, evitando com isso o fortalecimento de grupos privados. E, finalmente, é preciso uma rigorosa e exemplar punição para os culpados por toda essa situação. Afinal, lugar de ladrão e corrupto é na cadeia.



Perto de 500 pessoas acorreram à manifestação no Teatro Jesiel Figueiredo

Ato em Natal pela legalidade do PC do B

Dando prosseguimento à luta pela legalidade do Partido Comunista do Brasil, foi realizado, no último dia 11, no Teatro Jesiel Figueiredo, em Natal, um vigoroso ato público com a presença de aproximadamente 500 pessoas — entre as quais representantes de 60 entidades sindicais, estudantes e de bairros.

O ato foi realizado em duas partes. Na primeira houve uma palestra de Glênio Sá, da Comissão pela Legalidade do PC do B no Rio Grande do Norte, e diversas personalidades expressaram o seu apoio à luta pela mais ampla liberdade de organização partidária. Depois houve uma parte cultural, com apresentação de mamulengos do artista popular Chico Daniel e do grupo de capoeira Zumbi, do bairro Nazaré.

Glênio fez uma síntese da história do PC do B e, em particular, falou da guerrilha do Araguaia, da qual ele próprio participou. Mostrou também

a posição dos comunistas no momento atual, no sentido de fazer avançar a luta pela democracia no país.

Em nome do Diretório Regional do PMDB, o deputado estadual Paulo de Tarso disse que levava àquele ato "a mensagem de reconhecimento da luta do PC do B" e ressaltou que "a construção da verdadeira democracia é tarefa de todo o povo brasileiro e inclui a legalidade para os comunistas e para todas as demais correntes políticas".

Falaram também o presidente da Coordenação Intersindical do Rio Grande do Norte, Horácio Paiva, a presidente da União de Mulheres de Natal, Eveline Macedo, o vice-prefeito de Ceará-Mirim, Sebastião Cruz, representantes do PDT e do PT, de outras entidades democráticas, e dos comunistas do Ceará.

Representando a Comissão Nacional pela Legalidade do PC do B, Alanir Cardoso fez um entusiástico pronuncia-

mento, mostrando que aquela manifestação era "fruto da nova realidade que se criou no país, onde há o desejo do povo de participar na luta por uma democracia mais ampla". Alanir saudou o legado e a tradição de Natal na luta da classe operária, já que a capital potiguar foi a cidade brasileira onde em 1935 se instalou um governo popular revolucionário.

Ao final, foi aprovada por aclamação uma moção de solidariedade ao presidente Tancredo Neves pela situação de sofrimento que enfrenta.

Em Pernambuco

Em Pernambuco, a Assembleia Legislativa transcreveu nos seus anais o documento "A Posição dos Comunistas Face à Nova Situação do País", divulgado pela Comissão Nacional pela Legalidade do PC do B e publicado na *Tribuna Operária* na edição de 10 de março último. A transcrição foi proposta pelo deputado estadual Luciano Siqueira e aprovada pelo plenário.

Tribuna Operária lança "Campanha Nova República"

A *Tribuna Operária* entra, a partir deste 1º de Maio, em ritmo de campanha para ampliar sua tiragem e em especial para alcançar a cota de 10 mil assinaturas. O nome da campanha, "Nova República", exprime seu conteúdo, que é colocar o jornal à altura dos desafios do momento atual e das exigências crescentes dos leitores, principalmente dos operários.

Nas novas condições do país, a imprensa operária e popular passa a jogar um papel ainda mais importante do que antes. O fim do regime militar, o início da transição democrática e o grande debate sobre a Assembleia Constituinte criam para ela, ao mesmo tempo, imensas possibilidades e uma imperiosa necessidade de expansão.

Os inimigos do povo já não podem usar, como antes, a censura, as apreensões, o Ato-5 ou a Lei fascista de Segurança. Em contrapartida, aumenta o esforço para enganar e intoxicar a opinião pública por meios "pacíficos" — entre os quais a imprensa tem um peso todo especial. Torna-se mais acesa a polêmica no plano das idéias, entre as verdadeiras e as falsas soluções para a crise brasileira. Nesta luta, um semanário político nacional é uma arma de valor inestimável para o movimento operário e popular. É certo que seu alcance é limitado, perto dos colossais monopólios da televisão, do rádio e da grande imprensa. Mas é justamente o poderio da burguesia neste campo que realça a importância daqueles instrumentos à disposição dos explorados — como a *Tribuna Operária*.

METAS A ALCANÇAR

A "Campanha Nova República" — lançada por decisão da Redação e das sucursais estaduais — estender-se-á de maio a 31 de julho, cabendo a cada Estado uma cota determinada de assinaturas, vendas e finanças. O centro dos esforços será a elevação do número de assinantes, por ser a forma de venda mais benéfica tanto para os leitores como para o jornal. E será dada uma atenção especial às formas profissionais de venda, capazes de tornar a *Tribuna* mais acessível ao grande público. Haverá, ainda, um esforço para dar novos passos na melhoria da qualidade do jornal.

Na "Campanha Nova República", como em toda a trajetória de mais de cinco anos deste semanário, destaca-se a figura dos tribuneiros. Eles são trabalhadores, gente simples, mas consciente, que enxerga a importância de um jornal como a *Tribuna* e batalha por ela. Sem estes milhares de companheiros espalhados pelo Brasil a fora, o jornal não sobreviveria por uma semana sequer. É do seu esforço voluntário e despreendido que vai depender o êxito da campanha. Com a mobilização dos tribuneiros, há todas as condições de conquistarmos as 10 mil assinaturas e todas as metas fixadas, aproximando a *Tribuna* das pesadas responsabilidades que recaem sobre ela nesta nova fase da vida nacional e da luta operária.



Canavieiros grevistas de Barra, SP, discutem a Tribuna Operária

Aniversário de um crime

No próximo dia 22, completa-se um ano desde o atentado criminoso do Domingo de Páscoa de 1984 contra a *Tribuna Operária*.

A rápida sucessão dos acontecimentos políticos no país faz com que a data pareça pertencer a um passado já distante e que ninguém deseje restaurar. No entanto é bom lembrar que há apenas um ano atrás criminosos fascistas ocultos nas trevas incendiavam e destruíam boa parte das dependências da Redação deste jornal; que poucas horas depois agentes da Polícia Federal, então sob o comando de Ibraim Abi-Ackel, saqueavam sem a menor cerimônia milhares de fotografias de nossos arquivos; que até hoje os criminosos permanecem impunes e as fotos, retidas pela PF.

Elucidar esses crimes e punir os culpados é parte da transição democrática, condição indispensável para a plena liberdade de imprensa.

A TRAMA FRACASSOU

Os atentos da Páscoa enquadravam-se numa trama golpista que, graças à luta do povo brasileiro, fracassou em toda linha. Objetivavam, em especial, calar a voz de um jornal que nunca deu uma semana sequer de trégua ao regime militar da fome, da corrupção e do entreguismo. E também neste particular morderam o pó da derrota. Um ano depois do incêndio e do saque, a *Tribuna*, com suas dependências reconstruídas, está mais capacitada e mais disposta do que nunca a levar até o fim sua luta pelos interesses presentes e futuros do povo trabalhador.



As dependências do jornal depois do atentado fascista de 1984



Acabou-se o pesadelo dos decretos-leis

O presidente José Sarney decidiu, desde o dia 6, que não utilizará os decretos-leis nem os decretos secretos. Estes monstros ainda permanecem na Constituição como herança dos 21 anos do regime militar e deverão ser definitivamente varridos pela Assembleia Constituinte.

O decreto-lei, instituído pelos generais, é uma aberração, fruto do processo de concentração de todos os poderes nas mãos do Executivo. Com este instrumento, o presidente adquiriu o direito de impor decisões por cima da Legislativa, com vigência imediatamente após a sua publicação. Só posteriormente o Congresso tinha o direito de apreciar a medida

se num prazo de 60 dias a matéria não pudesse ser votada, ficava automaticamente aprovada — por decurso de prazo. Mais ainda, mesmo no caso da rejeição do decreto-lei, os seus efeitos durante o prazo de vigência não eram anulados.

Por decretos-leis foram instituídas a Lei de Greve e a Lei de Segurança Nacional, com desastrosas consequências para os brasileiros. Também por este instrumento foram impostos o decreto 2.012, em 25 de janeiro de 1983, que foi substituído pelo 2.024 em 25 de março, trocado pelo 2.045 em 13 de junho, novamente substituído pelo 2.054 em 19 de outubro e finalmente aprovado, sob o número 2.065, mediante o voto do Congresso Nacional através das medidas de emergência comandadas pelo

general Newton Cruz. Todos estes decretos tinham o mesmo conteúdo, mudando apenas alguns aspectos formais. Desta forma, mesmo sem serem aprovados, seus efeitos vigoraram desde janeiro até outubro, arrojando o salário dos trabalhadores.

A decisão de José Sarney corresponde ao sentimento dos brasileiros. Mas a mobilização popular em torno da Assembleia Constituinte é que vai permitir consolidar esta vitória e avançar, retirando os decretos-leis do texto constitucional e colocando, no seu lugar, uma nova legislação democrática, que assegure a liberdade e, mais do que isto, que de ao povo o real Legislativo por meio de meios para fiscalizar e controlar o Executivo.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Quem são os grandes homens

A burguesia imagina que as grandes personalidades se destacam porque suas qualidades pessoais são capazes de imprimir uma fisionomia individual aos processos históricos. Para o proletário, para a concepção marxista do mundo, os grandes líderes surgem porque seus talentos fazem o indivíduo mais capaz de servir às grandes necessidades históricas de sua época. Sua inteligência, sua capacidade de trabalho etc, se destacam no cumprimento das tarefas que a situação exige.

FORÇA MULTIPLICADA

Estas duas concepções se chocam com evidência em casos especiais, como ocorreu agora com a morte do grande dirigente proletário Enver Hoxha, do Partido do Trabalho da Albânia. A burguesia imediatamente disparou suas baterias para denegrir a imagem deste eminente comunista. Chama Enver de ditador, de intolerante etc., e diz que conduziu a Albânia a seu bel-prazer durante quatro décadas. Como se fosse possível a um homem inventar, frear ou impulsionar certas relações econômicas e sociais de acordo com sua vontade, sem que haja uma correspondência com o grau de desenvolvimento deste país, com o estado das forças produtivas.

O que ocorre é que Enver Hoxha compreendeu a situação do mundo e de seu país, identificou-se com o sentimento de seu povo, dirigiu sua atividade no sentido de cumprir as tarefas necessárias à libertação nacional de sua pátria e à emancipação social dos trabalhadores. Por isto, sua força pessoal se viu multiplicada, se transformou em força social na medida em que integrou-se na atividade das massas.

NO CURSO DA HISTÓRIA

Um indivíduo não faz a história. Mas se um homem de talento compreende a história e age de acordo com ela, suas possibilidades crescem. Nestas condições, se vê mais longe que os que o cercam, se domina melhor a ciência social, se deseja com mais força, se toma a iniciativa para realizar o trabalho que se faz necessário, torna-se um grande líder.

Enver Hoxha compreendeu a situação de opressão vivida pela Albânia, interpretou corretamente o anseio de liberdade de seus compatriotas durante a ocupação fascista na II Guerra Mundial, viu que o socialismo era o único caminho capaz de solucionar os problemas do país, assimilou a teoria científica do marxismo-leninismo, tomou iniciativas práticas para construir o partido de vanguarda do proletariado e para desenvolver a luta armada contra o invasor. Participou da luta e da vitória do povo, agiu com ousadia para vencer as resistências e sabotagens no processo de construção da nova sociedade. Por tudo isto elevou-se como líder, conquistou prestígio na Albânia e em todo o mundo.

DERROTA INEVITÁVEL

Em vez do ditador que impôs sua vontade ao povo, como berram desesperados os que até recentemente teciam loas ao regime militar de Médici, Figueiredo & Cia, foi líder de um povo que de armas na mão conquistou a liberdade e o progresso, foi dirigente de um partido que soube com habilidade e firmeza - e com a força das armas sempre que necessário - desmascarar todas as manobras burguesas e conduzir o proletariado e demais massas trabalhadoras do campo e da cidade na defesa do socialismo.

A burguesia tem dificuldade para compreender isto. Como suas concepções estão em desacordo com a marcha da sociedade, como defende um sistema caduco, seus "líderes" só conseguem se manter pela força e pelo engodo, contra o povo, contra o progresso. E marcham para a derrota inevitável.

(Rogério Lustosa)

A concentração da terra no reinado dos generais



Foto Milton Mendes Filho

Famílias de lavradores expulsas das terras na Bahia: concentração da terra gera aumento do êxodo rural

Política agrícola contra o povo

A política agrícola imposta pelo regime militar foi coerente com sua orientação agrária. Ela reforçou a concentração da terra e aumentou o poder dos latifundiários e dos grandes grupos econômicos. Nestes 21 anos os generais criaram uma situação contraditória: os que mais produziram no campo foram os que menos incentivos governamentais receberam.

Neste período negro da nossa história, a preocupação central do governo foi a de assegurar novos campos para aplicação de capitais dos grandes grupos econômicos, principalmente as multinacionais. Ao mesmo tempo, procurou acumular divisas para fazer frente ao crescente endividamento externo. Com essa visão entreguista, os generais estimularam a produção para exportação, relegando o mercado interno para segundo plano.

Nos últimos anos a produção de alimentos para os brasileiros teve quedas constantes. Em 1964 a produção de feijão foi de 1.950 mil toneladas; já em 1984 ela aumentou apenas para 2.100 mil toneladas. Neste mesmo período, a população do país passou de 70 milhões para cerca de 130 milhões de habitantes. Ou seja: o consumo per capita de feijão caiu de 99,8 quilos para 16,1 quilos. O mesmo ocorreu com o arroz: em 1964 a disponibilidade era de 91,4 quilos por habitante/ano; em 1984 ela caiu para 70 quilos. No caso da mandioca, outro alimento básico dos brasileiros, a trajetória foi mais triste: a produção caiu de 347,5 quilos por habitante em 1964 para 116,1 quilos em 1983.

No outro extremo, a produção para o mercado externo cresceu, com destaque para a soja que encontrou bons preços no estrangeiro. Em 1963 sua produção era quase zero; já em 1983 foram produzidas 15 milhões de toneladas do produto. A produção de laranja, também para o exterior, cresceu cinco vezes nesse período. Outra produção que teve crescimento foi a de álcool da ca-

na-de-açúcar, incentivado com os grandes subsídios do Pró-Alcool. Alguns produtos agrícolas para a indústria também foram privilegiados, resultando em grandes ganhos para as multinacionais, como a Anderson Clayton e Sanbra, que dominam o mercado de algodão e dos oleaginosos, e a Nestlé, que controla o mercado de leite.

Crédito rural é usado para engordar as multinacionais

O principal instrumento de incentivo à agricultura utilizado pelos governos militares foi o crédito rural, proveniente das contribuições compulsórias do nosso povo. Segundo determinação do governo, este estímulo foi usado para "modernizar" o campo, através do uso dos chamados "insumos modernos". Com este pretexto, toda a pesquisa agrônoma e a assistência técnica realizada visaram introduzir na agricultura a tecnologia dos países industrializados — o que novamente abriu espaço para as multinacionais que controlam a produção de fertilizantes químicos, defensivos agrícolas, sementes melhoradas, tratores, etc.

Além das empresas estrangeiras, os grandes proprietários de terra também obtiveram vantagens com o crédito rural. Com grande poder e influência, tiveram fácil acesso ao dinheiro, deixando de aplicá-lo na produção para usá-lo na corrupção ou aquisição de mais áreas agricultá-

veis. Também os bancos saíram ganhando com a política creditícia. Eles obtiveram os recursos governamentais a custo zero e emprestaram cobrando juros.

Nesta história quem saiu perdendo, mais uma vez, foram os pequenos proprietários. Dados disponíveis mostram que, entre 1966 e 1976, os pequenos agricultores tiveram sua participação reduzida de 34% para 11% no montante do crédito destinado ao campo. Já os grandes proprietários elevaram sua participação de 20% para 53%. A distribuição do crédito rural também indica as preferências e prioridades estabelecidas pelos governos militares. Do total de financiamento, os principais alimentos populares (arroz, feijão, milho, mandioca e trigo) tiveram sua parte reduzida de 40,5%, em 1969, para 37,5%, em 1980. Enquanto isso, os produtos para a exportação e para a indústria (algodão, café, soja, cana, cacau e amendoim) receberam 39%, em 1969, e 45,3%, em 1980.

Apesar de ter contra si toda a política agrícola do governo, ainda são os pequenos produtores os responsáveis pelo grosso da produção do país, principalmente de alimentos. Mesmo controlando apenas 20% da área agricultável, os estabelecimentos com menos de 100 hectares respondem por 89% da produção de mandioca; 83% de feijão; 78% da batata inglesa; 72% de milho; 60% do café; 55% da soja; e 49% de arroz.

Pequeno agricultor produz mais e recebe menos incentivos

O conjunto desses pequenos estabelecimentos recebe apenas 34% do crédito rural; dá emprego para 82% da mão-de-obra ocupada na agricultura; e é responsável por 53% do valor total da produção agrícola do país. Já as grandes propriedades, com área igual ou superior a mil hectares, ocupam 43% da área total de terras do Brasil; criam apenas 3% dos empregos no campo; e não produzem mais do que 14% do valor total da produção.

Os pequenos produtores ainda são vítimas da política injusta de preços mínimos estabelecida pelo governo. Sob a desculpa cínica de conter a inflação, os generais fixaram o preço dos produtos alimentícios para o mercado interno muito abaixo dos reais custos de produção — o que gera a falência e o desincentivo de centenas de agricultores.

O resultado dessa política agrícola antipopular e antinacional foi o enriquecimento dos parasitas e o empobrecimento dos pequenos produtores. Estes tiveram suas áreas plantadas reduzidas ou absorvidas pelas empresas rurais e pelos latifundiários. Muitos são expulsos para as cidades, o que gera crescimento da população urbana e provoca aumento do consumo de alimentos — o que não é atendido, ocasionando a fome!

O 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em fins de maio, vai se realizar sob o clima de mudanças na política agrária e agrícola do governo federal. As autoridades da Nova República têm feito insistentes pronunciamentos que reforçam essa expectativa. Mas é consenso entre as lideranças sindicais rurais que só sob forte pressão dos trabalhadores serão tomadas medidas corajosas para reverter a tendência concentracionista da estrutura fundiária imposta pelos generais no poder.



A força do latifúndio sempre imperou no Brasil. Mas o processo de concentração da terra nas mãos de poucos latifundiários foi particularmente intenso nos 21 anos de regime militar. Este apoiou descaradamente a grande propriedade, sobretudo a voltada para a exportação, pecuária e produção de álcool carburante.

Os dados disponíveis do Recadastramento do Incra, feito em 1972, colocavam o Brasil no grupo dos países com maiores índices de concentração de terra do mundo. De acordo com o levantamento, 72% dos pequenos proprietários, os minifúndios, controlavam apenas 12,4% da área agricultável cadastrada. Já os 23% dos latifúndios abocanhavam 78% da área classificada no campo brasileiro.

Um exemplo gritante dessa orientação concentracionista é que nestes últimos 21 anos foram incorporados 120 milhões de hectares à produção agropecuária, principalmente nas novas fronteiras do Norte da Federação. Essa área seria suficiente para assentar 4 milhões de famílias em lotes de 30 hectares cada. No entanto nada menos que 102 milhões foram se somar às fartas terras dos latifundiários e empresários rurais.

ÁREAS INEXPLORADAS

Outro estudo que veio comprovar a tendência à ampliação do latifúndio foi a preliminar do Recadastramento do Incra em 1978. Ela mostrou que o número de grandes propriedades, especialmente as com mais de 100 mil hectares de terra, multiplicavam-se rapidamente. Passaram de 62 imóveis rurais em 1967, para 83 em 1972, atingindo 141 imóveis em 1978. Já as propriedades com menos de 10 hectares que representavam 36% dos imóveis em 1967 e ocupavam quase 2% da área cadastrada, foram reduzidas para 28% do total de imóveis e passaram a ocupar apenas 1% da área agricultável classificada pelo Incra. Por último, levantamento mais recente revelou que dos 5,2 milhões de proprietários rurais do país, apenas 540 mil são donos de mais de 80% das nossas terras agricultáveis.

Para justificar essa política, incentivada com o crédito rural e a isenção de impostos, os generais afirmaram que ela "modernizaria" a nossa agricultura, dando-lhe maior produtividade e competitividade no mercado externo. Mas o que se viu não foi bem isto: a concentração mantém vastas áreas inexploradas, usadas apenas para fins especulativos.

O cadastro do Incra revelou a existência em 1972 de 80 milhões de hectares de terras dos latifúndios sem qualquer tipo de exploração. Já os dados do Incra de 1978 evidenciaram um aumento da área inexplorada no latifúndio para mais de 149 milhões de hectares (cerca de 37% do total da área cadastrada). Pesquisa mais atual, abrangendo o conjunto das áreas agricultáveis do país, mostra que existem cerca de 282 milhões de hectares de terra totalmente inexplorados ou mal-aproveitados.

12 MILHÕES SEM TERRA

O lado trágico desse processo é o crescimento vertiginoso do número de trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Hoje eles somam mais de 12 milhões de famílias sem ou com pouca terra para cultivar. Neste período quase duplicou o número de assalariados temporários, passando de 3,9 milhões para 6,8 milhões.

Estes são os "bóias-frias", que vivem em condições subhumanas, com emprego limitado a seis ou sete meses do ano, ganhando uma miséria. Os dados oficiais são bastante claros: cerca de 70% dos assalariados do campo recebem um salário-mínimo, ou menos. Aproximadamente 80% destes trabalhadores não têm sequer a carteira assinada pelo empregador.

Outra consequência da concentração é o aumento do êxodo rural. As migrações internas na década de 70 atingiram cerca de 24 milhões de brasileiros, muitos deles vieram superlotar os centros urbanos, que hoje estão cercados de cinturões de miséria nas periferias.

O resultado nefasto da política do regime militar é o aumento da concentração da renda no campo. Entre 1970 e 1980, os 5% mais ricos tiveram sua fatia do bolo aumentada de 11% para 41,2%. No outro extremo, os 50% mais pobres viram sua parte cair de 22,5% para 14,9%.

(Altamiro Borges)

DE OLHO NO LANCE

A virada do PT

Sem maiores explicações o PT resolveu declarar-se favorável ao governo Tancredo e, no caso de seu impedimento, já evidente, reconhece a necessidade de dar respaldo a José Sarney na Presidência da República.

O segredo desta mudança tão brusca não se baseia em nenhuma alteração nas convicções petistas mas na imensa pressão das massas, no ABC e por todo lado. O povo não engoliu a raivosa propaganda dando a Nova República como "continuação do regime", "paeto de elites" e outras boboseiras.

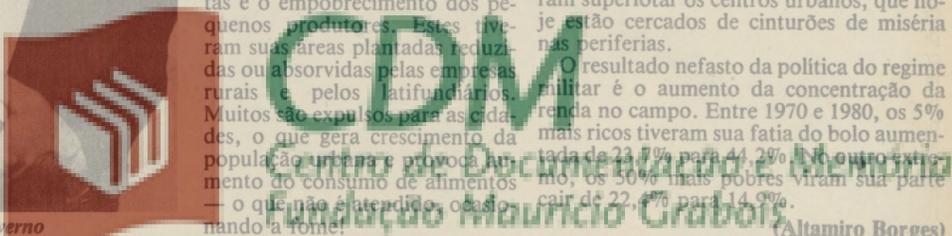
O sentimento dos trabalhadores é a favor de mudanças e, mesmo compreendendo que não vai ser o governo que vai promover por si mesmo estas transformações, percebe que a vitória de 15 de janeiro abre concretamente imensas possibilidades para o povo e para a democracia. Mesmo frustrados com a falta de Tancredo Neves, os brasileiros percebem que é hora de garantir a normalidade democrática e não de desestabilizar o governo. Por isto, mesmo a contragosto, tendo de engolir o radicalismo estéril que andou divulgando, o PT demagogicamente se vê obrigado a mudar de atitude e seguir a reboque.

De qualquer forma o episódio tem aspectos positivos e ajuda a desmascarar principalmente os trotsquistas, expoentes do sectarismo.



Foto Miriam Fichtner

Protesto dos gaúchos contra a política agrícola do governo





Os seringueiros e suas famílias defendem seu direito à vida e à terra com armas nas mãos

Seringueiros tomam posse de Catuaba

“A situação não está boa. Não conseguimos a desapropriação da terra. Estou passando fome. Por isso revolvemos por bem invadir esta terra porque ela é nossa”, afirmou resoluto José Gonçalves, um dos ocupantes do Seringal Catuaba, no Acre. Lá 15 homens armados e dispostos a tudo desmatam para a roça, o arroz e o milho. Nada de capim.

O Acre é um Estado essencialmente extrativista e o problema de terra sempre foi uma constante. Nos anos 70, o governo local criou um “incentivo” aos compradores de terras que vinham do Centro-Sul. Nesse contexto, o grande Seringal Catuaba desestruturou-se. Conhecido por sua vasta dimensão, passou do extrativo à pecuária, dos roçados ao capim.

Grandes florestas foram derrubadas, seringueiros ameaçados, colonos enxotados de suas terras. Alguns avolumaram o já alto índice de desemprego na cidade. Outros resistiram heroicamente. Valdivino, capataz de um dos proprietários do Catuaba, foi morto quando invadia a casa de um posseiro. Isso resultou numa “tré-

gua” dos invasores, por sete anos.

Em 1980, a “trégua” teve fim. Apareceram novos donos do Catuaba: Sérgio Costa e Adálio Cordeiro, e a política de expulsão foi retomada. Os fazendeiros, novos donos, mandaram queimar todas as casas e obstruir o varadouro para “impedir uma nova iniciativa de invasão”. Desde então, já sem poder plantar na terra firme, os moradores da margem do rio Acre, que atravessa o Seringal, sentiram na pele o problema que ocasionou a atual ocupação. São 41 famílias sem o principal vínculo econômico à terra (extração da borracha e castanha) e, pior, sem área para o plantio dos gêneros de primeira necessidade.

Atualmente a situação se agravou. A miséria enegreciu ainda mais o já crítico quadro em que se encontravam os seringueiros. Forçados pela necessidade e para não verem seus filhos padecendo fome, retornaram ao interior do Catuaba. “Começamos com um número pequeno. Hoje esse número está batante elevado”, conta um dos posseiros.

No momento, três agentes da Polícia Federal e dois fiscais do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que se notabilizaram no Estado pela truculência e favorecimento aos fazendeiros, estão alojados na sede do Seringal intimidando os humildes posseiros.

Foi criado um Comitê de Solidariedade aos Seringueiros, composto por entidades, associações, sindicatos e que, além de prestar apoio à luta, está atento a todo e qualquer problema semelhante que venha a acontecer no setor agrário. A Comissão Pró-Legalidade do PC do B integra este Comitê, participando ativamente da luta contra o latifúndio.

Raimundo Afonso, um dos moradores do Catuaba, fez uma contundente pergunta a um jornal acreano:

— Se você vivesse entre um monte d'água, passando fome, e bem aí na sua frente tá a terra em que você nasceu e vive e quer trabalhar; se você tá fazendo alimento e não capim; se você tá aqui e chegar os homens armados, você volta? Você recebe os tiros quieto?... (da sucursal)



Os posseiros querem roça, arroz, milho, nada de capim

A luta salarial dos metalúrgicos de Goiás

Os metalúrgicos goianos estão dispostos a fazer sua primeira greve em anos, caso os patrões não atendam suas reivindicações salariais. São mais de 10 mil operários, na maioria espalhados em pequenas empresas — o que dificulta sua mobilização. Mesmo assim o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Roberto Ferreira, acredita que a própria situação de exploração a que são submetidos os trabalhadores os empurra à greve.

Os operários reivindicam reajustes salariais de 110% do INPC, jornada de traba-

lho de 40 horas, reajuste trimestral etc. O piso salarial da categoria é de apenas um salário-mínimo e mais Cr\$ 8 mil a título de “prêmio”. Um operário especializado, com três cursos e 17 anos de profissão, denunciou que atualmente ganha Cr\$ 200 mil por mês, “e isso porque faço hora extra”.

Além da exploração, há a falta de segurança nas empresas. Na Matalsol, por exemplo, onde existem cerca de 150 metalúrgicos, são constantes os acidentes de trabalho. Um operário que perdeu parte dos dedos revelou que recebeu uma indenização de apenas Cr\$

100 mil, e outro que também perdeu os dedos nada recebeu. Essa metalúrgica ainda se arv a em represora dos trabalhadores. O Sindicato denunciou a demissão de um operário de Metalson só porque estava mobilizando seus colegas para a campanha salarial.

Os trabalhadores estão revoltados com o pouco caso dos patrões, nas suas propostas de acordo salarial. Eles ofereceram apenas 105% do INPC. “O que a gente ganha não vale e esta proposta também não vale nada”, desabafou um operário. (da sucursal)

Costureiras goianas se mobilizam

Mais de 300 costureiras goianas, reunidas no último dia 13, rejeitaram por unanimidade a contraproposta patronal e marcaram nova assembleia para esta semana. “Se até lá os patrões não atenderem as nossas reivindicações, a greve será inevitável”, revelou o presidente do Sindicato das Costureiras de Goiás, Cícero Feliciano de Oliveira.

As três mil costureiras e operárias em confecção no Estado reivindicam reajuste salarial baseado no INPC de maio, mais 40% para todos os trabalhadores da ca-

tegoria. Querem também 2% de produtividade, jornada de trabalho de 40 horas, reajuste trimestral e creche. Os patrões ofereceram apenas 2% de produtividade e jornada semanal de 46 horas. A proposta de creches, que é um direito assegurado em lei, foi rejeitada.

A contraproposta patronal revoltou as costureiras. “Nem é preciso saber ler para entender que esta proposta é indecorosa”, desabafou Nana, uma das lideranças da categoria. Na assembleia foi denunciado

que os patrões estão usando sordidas pressões para que as trabalhadoras não participem da mobilização. Alguns, inclusive, ameaçaram os empregados de demissão e corte no ponto. Ma nada disso tem intimidado as operárias, que denunciaram a exploração que estão sofrendo. Uma costureira da Mister Seven revelou que a firma concede apenas uma hora de almoço, obrigando a uma jornada semanal de trabalho de cerca de 60 horas e pagando apenas um salário-mínimo. (da sucursal)

Por um 1º de Maio unitário da classe operária

No 1º de Maio a classe operária passa em revista seus efetivos, dá um balanço de sua atividade, alegra-se com os êxitos e aprende com os eventuais erros cometidos. É o dia em que ela reverencia seus irmãos de classe que, ao longo da história, dedicaram o melhor de suas energias e, em muitos casos a própria vida, pela libertação e emancipação completa da classe do jogo do capital. Os mártires de Chicago simbolizam este heroísmo. É o dia da festa política e da unidade do proletariado.

O próximo 1º de Maio será o primeiro a ser comemorado após o fim do regime militar. As comemorações devem se sintonizar com os novos ventos que sopram no país. Após 21 anos de luta e resistência, o povo derrotou a ditadura e iniciou o processo de democratização de nossa pátria.

Para o proletariado brasileiro a conquista da liberdade tem um imenso significado. Será um momento de discutir de forma ampla e massiva os problemas que o nosso país atravessa, de apresentar as soluções que atendam aos seus interesses, de dinamizar e elevar seu nível de organização.

A defesa da unidade da classe é outro elemento essencial desse 1º de Maio. A competência e o poder de intervenção da classe operária brasileira são diretamente proporcionais à sua capacidade de ação unitária. Seja na defesa de seus interesses econômicos imediatos, seja na luta pelas soluções políticas que façam avançar em nosso país a democracia, o progresso social e a independência nacional.

A ação de correntes divisionistas no seio de nosso movimento operário é antiga. E nunca conseguiram êxitos definitivos. Atualmente, a partir de estímulos de idéias social-democratas e trotsquistas, setores do movimento, aglutinados em certos sindicatos e no PT, criaram a auto-intitulada CUT, e com isso procuram dividi-lo em definitivo.

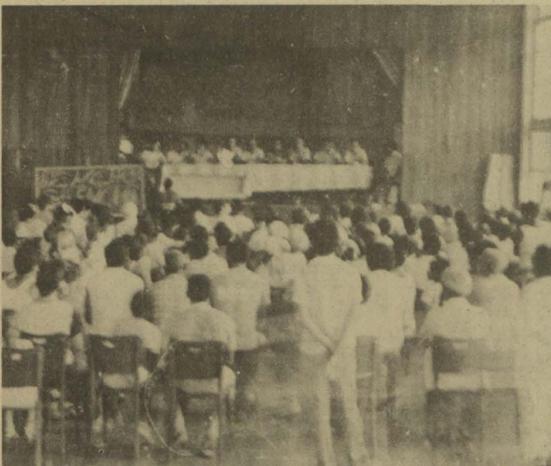
PONTO DE VISTA SINDICAL R. FREITAS



Neste 1º de Maio a realização de atos unitários será um fator de avanço na luta pela reunificação do movimento operário e sindical. Entretanto será necessário que estes atos sejam de fato unitários no seu espírito e na sua forma. Propostas de manifestações unitárias, onde os cartazes e panfletos de convocação, a lista de oradores e até a distribuição dos assistentes no local do ato fiquem submetidos às divisões de correntes da CUT ou da Conclat, não passarão de uma farsa. E ao invés de ajudar na reunificação, podem cristalizar a divisão.

A unidade deve estar baseada tanto nos interesses gerais da classe, como em torno de bandeiras imediatas. A defesa da independência de ação do proletariado, da conquista de um mundo sem amos e patrões, e de uma sociedade sem exploração, deve vir juntamente com a luta pela semana de 40 horas, pelo reajuste trimestral de salários, pelo reconhecimento das Comissões de Fábrica, pela reforma agrária, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte etc.

Para a realização de atos dessa natureza, o movimento sindical muito tem a contribuir. Mobilizando suas categorias, os Sindicatos poderão imprimir de fato um caráter unitário a estes eventos, esvaziando a ação nefasta do divisionismo.



Reunião dos moradores de Santa Teresa: “Vamos ficar aqui”

Moradores não aceitam pressões da Light

Os moradores de diversas comunidades carentes de Santa Tereza, Rio de Janeiro, estão ameaçados de serem despejados pela Light, que vai construir torres de alta-tensão em suas áreas. A empresa se propõe a indenizar os moradores, mas eles não estão dispostos a deixar seus lares.

“A poderosa Light trabalha com muito dinheiro, e está ciente de que nesta região ninguém tem a posse da terra. Mas acontece que a indenização não acompanha o processo inflacionário”, afirma Roberto dos Anjos, da comissão de moradores de Eliseu Visconti, Nelson Alegria, de Sobradinho, e João Vinícius, da Vila Pereira da Silva, lembram, por sua vez, que há espaços para a construção das torres de alta-tensão no

Alto do Sumaré e no Silvestre, sem afetar a moradia de ninguém.

Grande parte da população dessa área é nascida e criada na região. “Somos testemunhas do crescimento de várias goiabeiras e abacateiros”, conta dona Nora Pires, da Associação de Santa Tereza. A ida dessa população para os subúrbios cariocas vai marginalizá-la, a exemplo de outras remoções ocorridas. Os moradores ficam afastados de seus locais de trabalho e biscates. A comunidade não quer discutir indenizações, porque seus valores chocariam com os da Light. Como disse um morador, “a nossa história não tem preço! Não a removam! Vamos ficar!” (Grupo de moradores de Santa Tereza, RJ)

Pedreiros do Pará afastam presidente do seu sindicato

Em assembleia geral, no último dia 14, os operários da construção civil do Pará decidiram pelo afastamento por 120 dias do presidente do Sindicato da categoria, Jair Holanda, envolvido em irregularidades. Juntamente com ele foram afastados o vice-presidente, dois tesoureiros, e rejeitaram-se os serviços do advogado e do assessor de imprensa. Para a presidência da entidade foi indicado o atual primeiro-secretário, Raimundo Moacir Martins, e os demais cargos foram completados pelos suplentes.

Esta corajosa decisão é fruto da experiência de luta da categoria. Em 1984, ela elegeu a Carta 2, para a direção do Sindicato. Na sua maioria a oposição era composta por novas lideranças operárias dos canteiros de obras e havia apenas dois diretores da antiga diretoria. Com o tempo, os operários perceberam uma acomodação de parte da diretoria, que só tratava dos problemas burocráticos e dificultava a fiscalização nas obras. Com o afastamento, a categoria reafirma que quer uma entidade a serviço de sua luta e organização. Dos 20 presentes na assembleia, apenas 12 votaram contra o afastamento. (da sucursal)

Ferrovários fazem passeata e prometem greve em São Paulo

No último dia 11, cerca de 2 mil ferroviários promoveram uma passeata pelas ruas centrais da capital paulista. A categoria, com 15 mil trabalhadores, está em campanha salarial. Ela reivindica um acréscimo de Cr\$ 200 mil sobre os salários atuais, mais 120% de aumento real; reajuste trimestral; estabilidade no emprego; 40 horas semanais de trabalho. Até o dia 20 eles aguardarão a resposta às suas reivindicações da Rede Ferroviária. “Se não obtivermos qualquer resposta, vamos paralisar o serviço de trens durante seis horas no dia 26. E isto será apenas um alerta às autoridades”, garante José Botelho, presidente do Sindicato.

Mais de mil jovens no lançamento da UJS em Itapetinga

Foi criada a União da Juventude Socialista em Itapetinga, no interior baiano no último dia 14. O lançamento contou com mais de mil pessoas e as presenças de Isai Amorim, presidente do PMDB local, dos vereadores Gilson de Jesus e Messias Gonzaga, do advogado Beto Nova, de representantes de Centros Cívicos e DAS, além do deputado estadual Luis Nova e do Coordenador nacional da UJS, Javier Alfay. No encerramento, houve apresentações de um recital de músicas revolucionárias, *lutas pelo jovem líder* secundarista Welington, do grupo local Pau de Arara e do grupo Afoxé Axé Oda, que deslocou seus 30 integrantes de Ilhéus.

Já os mineiros farão o lançamento da UJS no próximo dia 27. Haverá *show* com vários artistas populares e um ato político, com a participação de parlamentares, personalidades políticas e entidades.

Operários se unem e cruzam os braços na Probel de Suzano

Os aproximadamente 300 operários da Probel de Suzano, em São Paulo, entraram em greve no último dia 17. Tanto os químicos como os operários da construção civil que trabalham na empresa aderiram ao movimento. Eles exigem aumento salarial de 80% acima da correção de maio; pagamento do adicional de insalubridade de 40% do nominal; refeitório; fim das horas extras; estabilidade no emprego por um ano; e o pagamento dos dias parados. (do correspondente em Suzano)

Conheça os livros de Enver Hoxha

Imperialismo y Revolución — Enver Hoxha.....Cr\$ 5.000,00
Relatório ao 8º Congresso do PTA — Enver Hoxha.....Cr\$ 2.000,00
Discurso aos eleitores — Enver Hoxha.....Cr\$ 1.500,00
Reflexiones sobre China — Enver Hoxha 2 volumes - cada.....Cr\$ 10.000,00
Albânia, 40 anos desbravando a história — Enver Hoxha, Ramiz Alia.....Cr\$ 5.000,00
História do PTA.....Cr\$ 5.000,00
Pedidos à editora Anita Garibaldi, Av. Brigadeiro Luis Antônio, 317, sala 43, CEP 01317, Fone 34-0689, São Paulo - SP, com o envio de cheque nominal no valor da compra.

ENVER HOXHA

Discurso aos eleitores



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Greve dos metroviários do Rio por mais verbas

No encerramento desta edição os metroviários cariocas, após 8 dias de greve, haviam aceito a proposta do Secretário de Transportes de contratar 235 novos funcionários e liberar uma verba de emergência de Cr\$ 14,5 bilhões. Mas para surpresa geral o secretário anunciou que não mais negociaria, iria pedir a ilegalidade da greve e se recusou a aceitar as propostas que fizera aos grevistas.



Metroviários fazem assembleia no Centro de Manutenção, dia 15 (foto superior). Trens "canibalizados" por falta de ferramentas

A assembleia feita pelos metroviários no dia 17 de abril concordou com a maioria das propostas apresentadas pelo governo estadual. Entre as propostas aprovadas — segundo o diretor do Sindicato dos Metroviários, Roberto César Boaventura — estão a reclassificação de 180 funcionários que vem trabalhando fora de suas funções; a liberação de uma verba de emergência de Cr\$ 14,5 bilhões para a manutenção e segurança do metrô e a apresentação até agosto de um plano geral de reclassificação.

Os trabalhadores consideraram uma vitória o seu movimento. No início da greve o Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro informava o motivo do seu movimento: "Lutamos contra o total abandono do Metrô, que foi cortado em 50% do seu orçamento previsto para este ano somente para a manutenção precária do que já se tem".

FALTA DE VERBAS

Os metroviários concentraram suas reivindicações na questão de verbas para a operação do sistema, pois os trens estão se deteriorando e não existem nem peças de reposição, nem instalações adequadas para sua manutenção. A "canibalização", isto é, a retirada de peças de um vagão enguiçado para substituir as dos que estão rodando, tem sido frequente. Cinco trens já se encontram inutilizados para operar devido a isto.

O movimento começou com a reivindicação do pessoal que trabalha na operação, que exigia a contratação de mais bilhetes e pilotos de trens. Foi formada uma Comissão de empregados que, com o apoio do Sindicato, dirigiu-se ao presidente do Metrô pa-

ra encaminhar o pedido. O presidente ao receber a comissão reconheceu que a reivindicação era justa, mas se declarou impotente para resolver o problema, pois dependia da aprovação do governo do Estado.

Inicialmente foi feita uma campanha de esclarecimentos aos usuários. Em seguida deflagraram um dia de protesto, durante o qual os funcionários trabalharam sem uniforme e usaram o sistema de som dos trens e das estações para divulgar uma mensagem de protesto. As nove horas seguiram em passeata até a Secretaria de Transportes.

GROSSERIA DO SECRETÁRIO

Durante o dia de protesto, a recepção que os metroviários receberam na Secretaria de Transportes foi a pior possível. O secretário Brandão Monteiro comportou-se de maneira extremamente grosseira, chegando ao nível de acusar um metroviário de "agitador". Diante disto, a deflagração da greve foi quase imediata.

A adesão à greve chegou a praticamente 100%. A categoria tem se concentrado no pátio do Centro de Manutenção, em assem-

bléia permanente, e não têm faltado voluntários para os trabalhos de panfletagem, segurança, etc.

A reação do Sindicato, de orientação pró-CUT, foi inicialmente estreita sem procurar adesões de outras entidades. Chegou a propor, em represália, que fosse vedado o acesso da imprensa nas assembleias e no pátio do Centro de Manutenção. Esta posição, entretanto, foi derrotada em votação pela assembleia permanente.

A partir daí, a direção do movimento se mostrou mais aberta e a cobertura da imprensa foi mais favorável. Inúmeras entidades já manifestaram seu apoio aos grevistas.

O problema de verbas, bem como o da contratação de pessoal para a operação é realmente a questão principal. O governo Brizola, pressionado pelas empresas de ônibus, prefere gastar o dinheiro do Estado na execução do chamado "metrô de superfície (linhas de ônibus em vias preferenciais) e na construção de novas avenidas. O Sindicato alerta a população que é dever do Estado manter e promover as condições mínimas de funcionalidade da estrutura do metrô. (da sucursal)

Arrancada forte na campanha salarial dos motoristas/SP

Os 60 mil motoristas e cobradores de ônibus urbanos do município de São Paulo iniciaram com grande força a sua campanha salarial deste ano. As assembleias que se realizaram para discutir com a categoria as propostas a serem levadas aos patrões bateram recordes de presença. Nos outros anos, a média de presença era de 50 a 60 pessoas, agora saltou para 800 e 1.500 trabalhadores. O ponto básico das reivindicações é a unificação das negociações — até agora era feito um acordo com as empresas particulares e outro com a CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo).

No dia 12, realizaram-se duas assembleias, nas quais ficou deci-

dido que a Comissão Salarial só sentaria na mesa de negociação se fosse feito um acordo conjunto. Após a assembleia do período da tarde, as cerca de 1.500 pessoas reunidas na sede do Sindicato dos Motoristas saíram em passeata até o prédio da CMTC. Os outros pontos da pauta de reivindicações são: 100% de reajuste do INPC e 20% de aumento real; piso salarial unificado; trimestralidade; comissão de garagem e jornada de seis horas diárias.

PATRÕES NÃO ACEITAM

A Transurb (sindicato patronal que negocia em nome das empresas particulares de ônibus) não

aceitou sentar com a comissão salarial para que se fizesse uma negociação conjunta. A Transurb alega que é sindicato e a CMTC não e que, caso fosse negociar junto com a CMTC, esta deveria acatar suas decisões. Os patrões já disseram que não darão nada além do INPC.

Diante da intransigência patronal que já se esboça, o Sindicato dos Motoristas está mobilizando a categoria para uma possível greve a ser deflagrada dia 2 de maio. A data-base do dissídio é 1º de maio e para este dia já está convocada uma assembleia dos motoristas e cobradores, que poderão decidir pela paralisação.

BOA ORGANIZAÇÃO

Diferente das outras greves mais recentes, desta vez existe uma boa organização para o movimento paretista. Gregório Antônio Poço, da Comissão de Salário dos Motoristas, comenta que nas greves anteriores "havia muita disposição de parar, mas não havia organização". E acrescenta que outros setores que antes não participavam, hoje estão na luta.

Os trabalhadores também estão alertas contra as manobras dos patrões que tentam jogar com a greve para obterem aumento das tarifas, e este ano com a renovação das concessões das empresas. Gregório diz que "a gente não quer ser enganado por negociações. É um campo mais amplo. O que pode ser o trabalhador substituir o transporte".



Foto: César Diniz

Cerca de 1.500 motoristas fizeram uma passeata pela cidade de São Paulo

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Por unanimidade, os aeroviários de São Paulo decidem entrar em greve a partir do dia 23

Aeronautas e aeroviários param os vôos no dia 23

Os aeronautas e aeroviários prometem parar o tráfego aéreo comercial no próximo dia 23, caso não conquistem o salário trimestral. Tanto os aeronautas como os aeroviários de São Paulo fizeram as maiores assembleias dos últimos anos. Numa atitude divisionista, a diretoria do Sindicato Nacional dos Aeroviários, no Rio, fez manobras para que fosse aceita a proposta patronal.

Os aeronautas (pilotos e comissários) de todo o país, junto com os aeroviários (pessoal de terra, como controladores de voo, carga e passagem) decidiram fazer uma paralisação conjunta a partir do dia 23. A greve visa a quebrar a intransigência patronal em negociar o principal item das reivindicações: 20% de reposição salarial, além de 100% do INPC acumulado no trimestre. Os empresários ofereceram, unicamente, 20% de abono a ser compensado em junho.

IMPETO DE LUTA

Os aeroviários e aeronautas consideraram esta proposta uma provocação e as grandes mobilizações mostraram que as duas categorias estão dispostas a comprar esta briga. No dia 15 de abril, os aeronautas realizaram uma assembleia no Rio e, no dia seguinte, outra em São Paulo, o que resultou nas duas maiores mobilizações da categoria nos últimos 21 anos, e na decisão pela greve. Cerca de 800 aeroviários, reunidos dia 16, na sede do Sindicato em São Paulo, decidiram, por unanimidade, aderir à paralisação dos aeronautas.

Transportes gera caos em Salvador

O serviço de transporte coletivo de Salvador, na Bahia, afunda-se numa nova crise. Uma crise de proporções semelhantes à que levou à revolta do quebradeira de 1981, com repercussão nacional. No dia 10 de abril, a prefeitura municipal, administrada pelo biônico do PDS, Manoel Castro, decretou intervenção nas empresas de ônibus. Isto porque os empresários ameaçavam paralisar as atividades, gerando um caos na cidade, com o objetivo de chantagear para obter um novo aumento da tarifa.

CRISE ANTIGA

A crise nos transportes coletivos existe desde antes de 1981, mas a prefeitura não fez quase nada para modificar o quadro caótico de um dos piores serviços de ônibus públicos do país, sempre procurou se eximir da responsabilidade, que é principalmente sua.

Em 1984, para defender os interesses do povo e controlar o aumento das passagens, a Câmara Municipal aprovou a lei da semestralidade. Ela, que permitia apenas um aumento por semestre, foi constantemente

bombardeada pelos empresários, contando com o próprio coro do prefeito biônico. Com a resistência da Câmara, a prefeitura começou a subsidiar uma parte da tarifa. Mas a partir de 1º de abril, ela resolveu retirar o subsídio, o que gerou nova pressão dos proprietários dos ônibus.

A integrante da Comissão de Transportes da Câmara, vereadora Jane Vasconcelos, manifestou-se contra o aumento imediato das tarifas. Ao se colocar contra o reajuste, a vereadora afirmou que o subsídio direto às empresas é incorreto, mas deve ser mantido na atual situação de urgência. Ela defendeu que a sua retirada deve ser gradual, aliando-se a medidas de melhoria na qualidade dos transportes e de fortalecimento da empresa municipal de transportes (Transurb).

VISITA A BRASÍLIA

Recentemente a Comissão de Transportes da Câmara esteve em Brasília, onde manteve audiência com o ministro dos Transportes, Afonso Camargo. Na ocasião, o ministro fez pronun-

ção abordados pela Polícia Federal ou pela Infraero, e impedidos de distribuir material sindical nos aeroportos, considerados áreas de segurança nacional.

IMPECILHOS NO CAMINHO

Por outro lado os patrões se beneficiam de diretorias pelegas que, agindo de maneira policiaesca, impedem a categoria de debater seus problemas. Na assembleia de sexta-feira, 12, no Rio, o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, José Trajano da Silva, cassou a palavra aos trabalhadores desempregados e impediu que membros da diretoria do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo falassem. Seus capangas armados de revólveres entraram em ação e, no fim desta tumultuada reunião, Trajano fez com que os presentes aprovassem a proposta patronal.

Tal fato não abalou o ânimo da categoria em São Paulo e a dos aeronautas, que decidiram pela paralisação, assim mesmo. A greve dar-se-á inicialmente no eixo Rio-São Paulo. O comandante José Lavorato, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, explica: "Nenhum avião decolará do eixo Rio-São Paulo. Se houver maior repressão, aí faremos paralisação onde houver aeronaves". E a solidariedade internacional já se iniciou, vinda da Alemanha, França e Estados Unidos.

ciamentos demonstrando-se sensível ao problema de Salvador. Dois técnicos do Ministério também já estiveram na cidade.

Entre as medidas defendidas pelos vereadores para superar a crise estão: o fortalecimento da empresa estatal de transportes, corrigindo os erros cometidos durante os últimos anos; e a implantação de vale-transporte e bilheterias especial, inclusive para os desempregados.

Para a vereadora Lídice da Mata, líder da bancada do PMDB na Câmara Municipal, é lamentável que mesmo as intervenções do governo nas empresas privadas não tivessem objetivos claros e que as medidas concretas para as irregularidades encontradas não eram postas em prática. No sexto dia de intervenção da prefeitura na frota de 1.400 ônibus das empresas privadas, Lídice da Mata afirmou, em discurso no Legislativo, que, para a intervenção não servir de mais um pretexto para as constantes manobras dos empresários, eram necessárias medidas urgentes. (da sucursal)

Acidente grave na Hoechst de Suzano provoca revolta



No último dia 12 de abril, por volta das 14h30 m ocorreu na Hoechst um lamentável acidente, do qual foi vítima o companheiro Ronaldo Machado, única e exclusivamente por negligência da empresa: ela teimosamente instalou na subestação um equipamento de alta-tensão em condições duvidosas, pois o mesmo havia passado por uma reforma dias antes.

Todos que trabalham com alta-tensão têm conhecimento dos riscos e não entram numa subestação sozinhos. Esse fato parece ser desconhecido pela chefia do setor de alta-tensão, pois no dia do acidente o companheiro Ronaldo estava só, já que seu chefe imediato havia saído.

A empresa tinha conhecimento de que o desjuntor que explodiu por vazamento do óleo era reconhecido. Ronaldo recebeu uma grande carga elétrica e quei-

maduras de 2º e 3º graus em 36% do corpo. E como se isso não bastasse, a empresa tentou abafar o fato e manter a imprensa afastada. E o companheiro não está recebendo tratamento adequado para queimadura.

Ora, companheiros, será que a chefia precisa puchar tanto o saco dos alemães a tal ponto de pôr em risco a vida de um ser humano?

A segurança dos trabalhadores está em risco para favorecer a ganância de lucro dos patrões alemães, no sujo mundo capitalista.

Companheiros, não podemos mais admitir que fatos como esse ocorram. É preciso que os trabalhadores se unam para que os patrões sintam concretamente o que fazem com quem trabalha. (Sindicato dos Químicos de Suzano — São Paulo)

Lavradores trucidados em Bico do Papagaio

Posseiros assassinados, presos e espancados; roças destruídas, criações mortas e casas queimadas. Estas são apenas algumas das formas de violência que os latifundiários e grileiros utilizam para expulsar os posseiros das terras que cultivam. Esta triste realidade vem se tornando cada vez mais comum em Goiás, particularmente no chamado Bico do Papagaio, no norte do Estado.

Para discutir esta situação, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por iniciativa do deputado Ivan Ornelas, realizou no dia 2 de abril uma sessão especial que contou com a presença dos presidentes da Contag, José Francisco, da Fetaeg, Amparo Sesil do Carmo, do Idago, Aldo Azevedo, do Bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, do Secretário de Segurança Pública, José Freire, dos representantes da CPT, da OAB e de dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais.

Avaliando a sessão, Amparo Sesil disse que os trabalhadores ficaram profundamente revoltados com o posicionamento do Secretário de Segurança Pública, José Freire, que na verdade só defendeu os latifundiá-



rios, os grileiros e os militares, na medida em que apresentou relatórios falsos e distorcidos sobre a situação do campo.

O município de Arapocema tem sido um dos principais focos de violência no Estado. No dia 9 de agosto do ano passado, três trabalhadores foram tocados quando voltavam da roça. Dois deles, James e Hugo, morreram, e o terceiro, Salvador, ficou paraplético de um braço. Posteriormente, no mesmo município, policiais militares espancaram barbaramente 16 posseiros. Uma criança de sete anos também foi agredida.

A Fetaeg apresentou uma farta documentação sobre estes e outros casos de violência contra posseiros; no entanto nenhuma medida concreta até o momento foi tomada por parte das autoridades.

Na sessão, Amparo observou que "os trabalhadores goianos, diante destas dificuldades, entendem que a saída para este problema depende fundamentalmente de sua mobilização e organização para que seja conquistada uma reforma agrária radical que acabe com as injustiças no campo". (F.M. - Goiânia, Goiás)

medida em cima de três aspectos: distribuição de cem bolsas de estudo; contratação de monitores; e aquisição de um laboratório de computação.

Falando sobre as alegações da reitoria, o presidente do DCE, Robert Burns, questiona o déficit da Unifor, reivindicando a abertura do seu livro-caixa.

Visando discutir os encaminhamentos necessários, houve uma assembleia geral com mais de mil alunos, onde se avaliou a atual situação da Unifor e aprovou-se uma passeata até a sede do grupo Edson Queiroz, proprietário dessa instituição superior.

Revelando muita unidade e disposição de luta, cerca de 400 alunos se deslocaram do campus da Água Fria até a sede do grupo. Lá os estudantes elegeram uma comissão de 15 alunos para entregar sua proposta: imediata revogação do aumento adicional. Mas o chanceler Airton Queiroz, numa atitude autoritária, fechou os portões do prédio e chamou a polícia.

A comunidade estudantil pretende ir agora ao Ministério da Educação exigir a imediata revogação dessa lei sancionada no dia 4 de dezembro de 1984, ainda sob a égide do regime militar. (Donizete Arruda — Fortaleza, Ceará)



fala o POVO

Mais uma denúncia de grave acidente de trabalho chega a nosso jornal. Desta vez um trabalhador da Hoechst de Suzano, em São Paulo, foi seriamente queimado por pura e simples negligência da empresa pouco preocupada em assegurar a segurança de seus operários, para obter mais lucros conforme relata a carta.

(Olivia Rangel)

Mães de alunos exigem segurança para seus filhos

Nós, mães dos alunos da escola Estadual de 1º e 2º graus D. Pedro I, gostaríamos de contar com a colaboração deste conceituado jornal para nos auxiliar na luta pela segurança de nossos filhos no referente ao trânsito, que no horário de saída dos mesmos, às 10h45m, às 11h15m, correm sérios riscos de atropelamento. Gostaríamos de deixar cientes que os órgãos competentes como o DSV e o GET e até mesmo a PM já foram acionados, mas até o momento nada conseguimos de concreto.

A segurança está sendo feita pelas mães com faixas, pedindo colaboração aos motoristas que, na maioria das vezes, não são compreensíveis. Já ocorreu um atropelamento de aluno nesse horário. Gostaríamos de ressaltar um caso à parte ocorrido com um policial, incapacitado, que chegou ao extremo de nos agredir, ameaçando-nos até mesmo de prisão. Providências em relação a isto estão sendo tomadas pelo órgão competente. Pedimos encarecidamente sua colaboração antes que fatos sem solução ocorram, como a perda das vidas de nossos filhos. Antecipamos os nossos agradecimentos. (Mães de alunos da Escola D. Pedro I — São Paulo — SP)

A bala

A todos aqueles que tomaram na luta pelos supremos ideais do povo, principalmente os guerrilheiros do Araguaia.

*A bala, sim,
ela merece mais
que um poema,
uma grande homenagem,
um monumento,
uma praça no mundo.*

*Garanto a ela
parte do meu canto:
ela, uma bala
de uma arma velha,
de um combatente
destemido amante
da selva guerrilheira
do Araguaia.
Em nós há de ficar
a bala como exemplo:
no corpo desprezível
de um burguês,
a bala heróica
de um bravo camponês.*

(A.A.G. - Marabá, Pará)

Judas no Brasil

*Ele traiu o Mestre e no Calvário
Jesus sofreu, na cruz sendo
pregado.
Também Silvério Reis, o
salafrário,
fez Tiradentes morto e
esquartejado.*

*Cá no Brasil, os judas foram
vários,
foi Calabar, vendendo o próprio
Estado
e, desde aí, ficou cheio o cenário
desses traidores de um Brasil
roubado.*

*Judas Scariotes foi bem castigado
pois enforcou-se, sendo
penurado
numa figueira - e assim fez-se
justiça.*

*Mas no Brasil, os judas brasileiros
vão colocar os trinta vis dinheiros
nos garantidos bancos da Suíça.
(Timbira - Taubaté, SP)*



União de mulheres de Belém apóia lavradores

A União de Mulheres de Belém, fundada em 8 de março de 1985 — dia Internacional da Mulher — que tem como objetivo a união e organização das mulheres de nossa capital, no sentido da defesa e da luta pelos seus direitos, em reunião aberta aprovou por unanimidade de votos solidariedade pública às mulheres trabalhadoras de Nova Timboteua, pela sua gloriosa jornada de luta junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujo presidente, em atitude antidemocrática, arbitrária, incompatível com a tradição de luta da classe trabalhadora, vinha tentando boicotar a sindicalização das companheiras.

Estas, em atitude corajosa e

firme, repudiaram tal agressão e provaram na prática que as mulheres unidas e organizadas, ombro a ombro com seus companheiros, representam o grande potencial de luta, capaz de varrer todo o lixo do autoritarismo que ainda sobrevive em nossa sociedade, presente na Nova República, como resultado de 21 anos do regime militar.

Nós, mulheres, não podemos mais ficar caladas diante de tais arbitrariedades cotidianas, e exigimos mudanças.

Consideramos que a ação vitoriosa das companheiras de Nova Timboteua é um exemplo de luta para todas nós, mulheres, e um caminho a ser seguido. (UMB — Pará)



Povos oprimidos devem muito a Enver Hoxha

Em meio a tantos problemas para a classe operária resolver, surge uma notícia que nos deixa tristes: morreu o camarada Enver Hoxha, grande dirigente da revolução albanesa e infatigável lutador contra as idéias revisionistas.

Não é preciso dizer o quanto os povos oprimidos devem a este grande dirigente desde o dia em que, dentro do Krêmlin, Enver deu uma resposta digna aos revisionistas soviéticos: "O povo albanês prefere morrer de pé do que viver

ajoelhado o resto de seus dias".

Portanto, camarada, sabemos da grande contribuição que você nos deu. Sabemos da responsabilidade que você nos deixa.

Receba, camarada Enver, dos comunistas, todo o carinho e gratidão e a certeza de que, dia a dia, estaremos levantando alto a bandeira da revolução e do socialismo. Viva o socialismo! Viva o internacionalismo proletário! (J.V.M. — Goiânia, GO)

Nova República limpará o lixo da corrupção

Na vigência do regime militar, a corrupção era parte integrante dos métodos de governar usados pelos generais. Grandes peixes do regime como Paulo Maluf, Mário Andreazza, Delfim Netto, além do próprio filho do general Figueredo foram envolvidos em casos gritantes de corrupção; porém nada lhes acontecia — praticar atos corruptos fazia parte da ordem do dia.

Por sua índole democrática, a Nova República é incompatível com a corrupção, com os escândalos, com as fraudes que subaram trilhões de cruzeiros. Os novos ministros trabalharam durante o reinado dos generais da seguinte maneira: O novo ministro do PMDB — Paratinga,

sentido de punir os ladrões de gravata estão sendo tomadas, entretanto de maneira ainda tímida.

É indiscutível a necessidade de todos os envolvidos nos escândalos do Brasilinvest, Delfin, Coroa-Brastel, Lutfalla, Capemi, Sulbrasileiro, Inamps etc, serem punidos.

Prender envolvidos em rouba-lheiras de alto nível não é revanchismo e sim justiça, um cumprimento das leis constitucionais.

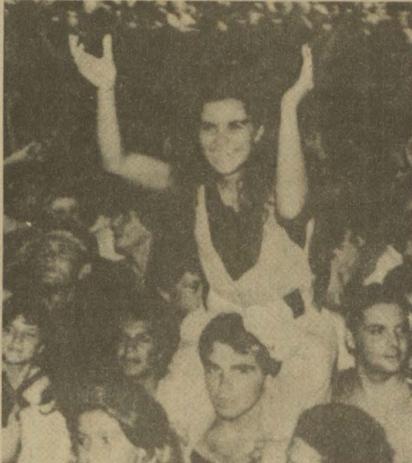
O povo brasileiro exige: caça aos corruptos! Para isso, o novo ministro do PMDB — Paratinga,

CPM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Estudantes promovem show na Praça da Sé

Um grande show será realizado pela União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UEE e UMES, na praça da Sé, dia 27, às 14 horas. O show marcará a abertura das comemorações do Ano Internacional da Juventude pelas entidades estudantis brasileiras.

Com essas e outras atividades, as entidades estudantis objetivam envolver a juventude nas discussões sobre seus problemas, na participação política e cultural nessa nova fase de consolidação da democracia. A UNE, UBES, em conjunto com várias entidades estudantis estaduais e organizações de jovens, vão realizar grandes eventos em todo o país.



Estudantes levam a arte dos jovens à praça

Do show na Praça da Sé, com o apoio do governo do Estado, participarão artistas como Jorge Mello, Sá e Guarabira, Língua de Trapo, Anastácia, Zé Geraldo, Itamar Correia, Itiúba e artistas amadores de nossas escolas.

de cinema, teatro, dança, música, literatura, esporte etc.

Esperamos com isto que a juventude brasileira aproveite e desfrute este ano que lhe foi consagrado, no sentido de contribuirmos e participarmos na cultura do país, na sociedade e na vida política. Somos milhões de jovens ansiosos por melhores condições de vida, de educação, de lazer, de participação. (Suely Torres de Andrade, diretora da Área de Humanas da UEE-SP)

I FEIRA DE ARTE DA JUVENTUDE



Promoção: VIRAÇÃO

Apoio: **secdet** DATA: 12/05
local: **Pça. B. Campos** início: 8:00 hs
1985 Ano nacional da cultura
Ano internacional da juventude

No Pará, dia 12 de maio, tem início a I Feira de Arte da Juventude, promovida pela Viração Secundarista de Belém, com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado. "O evento tem o objetivo de levar à juventude a arte popular dos artistas plásticos que existem nas escolas, bem como comemorar o Ano Internacional da Juventude e o Ano Nacional da Cultura", informa Raimundo Pirajá, diretor de Cultura da Viração.

Um povo que comemora 40 anos de soberania

Albânia, 40 anos desbravando a história é a nova publicação da Editora Anita Garibaldi, contendo a mensagem de Enver Hoxha, dirigente máximo do Partido do Trabalho da Albânia por mais de 40 anos, ao seu povo por ocasião do 40º aniversário da revolução em seu país. O livro traz ainda o discurso de Ramiz Alia, outro destacado dirigente do PTA, sobre os 40 anos da revolução albanesa, e a mensagem do PC do B sobre o evento.

Para os trabalhadores, os revolucionários e todos os que lutam em nosso país pelo triunfo do socialismo, os textos têm enorme significado, não apenas pela justa homenagem que prestam a um povo denodado que desbravou a história e descortinou novos horizontes, mas também pela profundidade de conteúdo e riqueza em ensinamentos políticos e ideológicos.

Formando um todo harmônico, os dois documentos fazem o balanço da trajetória histórica do povo albanês, em particular nos últimos 40 anos, período radioso em que se conquistaram a liberdade, a independência nacional e se construiu o socialismo, sob a direção dos comunistas liderados por Enver Hoxha.

Os êxitos dos trabalhadores albaneses são ainda esclarecedores quanto à possibilidade de um país se desenvolver baseado fundamentalmente nas suas próprias forças, nos seus próprios recursos humanos, materiais e financeiros, sem estender a mão a quem quer que seja. E, baseado nesse princípio da construção do socialismo, romper o cerco e o



não uma quimera ou coisa do passado. Comprova-se assim o ensinamento de Lênin de que o socialismo pode ser construído mesmo que num só país e malgrado o baixo nível de desenvolvimento econômico-social do período anterior e imediatamente posterior à revolução.

Os êxitos dos trabalhadores albaneses são ainda esclarecedores quanto à possibilidade de um país se desenvolver baseado fundamentalmente nas suas próprias forças, nos seus próprios recursos humanos, materiais e financeiros, sem estender a mão a quem quer que seja. E, baseado nesse princípio da construção do socialismo, romper o cerco e o

bloqueio imperialista-revisionista, poderoso e influente, mas incapaz de dobrar a vontade de um povo unido e consciente.

Escrito numa linguagem límpida e bela a Mensagem do camarada Enver entoa um verdadeiro hino ao povo albanês, ao Partido do Trabalho, ao socialismo e ao marxismo-leninismo, constituindo ao mesmo tempo uma firme resposta aos ataques abjetos da reação e dos revisionistas que tentam isolar a Albânia política e ideologicamente.

O socialismo está no centro da luta política e ideológica em curso no mundo. Isto porque representa a perspectiva e

as esperanças de milhões de pessoas, já fartas de opressão, retrição aos direitos políticos, misérrimas, sofrimento e guerras de agressão. A Albânia encarna e concretiza essa esperança, é um exemplo do que é capaz um povo livre com o proletariado no poder.

Por isso, ao editar este livro, acreditamos dar uma contribuição à educação política e ideológica dos nossos trabalhadores.

Albânia, 40 anos desbravando a história pode ser solicitado à Editora Anita Garibaldi com o envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 5 mil, av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, sala 43, CEP 01317, fone 34-0689, São Paulo.

Seleção que não entusiasma

Saiu a lista de convocados para a seleção brasileira que disputará as eliminatórias da Copa 86. Talvez, pela escassez de talentos, desta vez o descontentamento foi muito pouco. Os escolhidos já iniciaram a preparação sob a orientação de Evaristo Macedo e estréiam amistosamente contra a Colômbia dia 24, no Mineirão.

SEM ENTUSIASMO

Evaristo já tem o time no bolso do colete. Ressalvados acidentes de percurso, a formação predileta do técnico sai jogando com Paulo Vitor, Édson, Oscar, Moze e Branco; Dema, Alemão e Casagrande; Bebeto, Reinaldo e Éder.

Novamente as dúvidas e polêmicas surgem na estruturação da meia-cancha. Evaristo tem oito nomes para o setor, e todos eles com status de "escalável". Jorginho, Mario Sérgio, Jandir, Giovanni, mais os quatro prováveis titulares. Na defesa, apenas Paulo Vitor e Branco chegam a ter a posição ameaçada pela experiência e boa forma atual dos corinthianos Carlos e Vladimir. E, no comando do ataque, tanto Careca quanto Reinaldo tomariam a mesma quantidade de

apoio ou crítica. Numa palavra, esse é um time de entressafr. Do tipo que indigna a unanimidade, como a seleção que Parreira comandou em 83, ou que não apaixonava ninguém, como parece ocorrer agora.

RENOVAÇÃO

A exata metade dos 22 selecionados foi lembrada em convocações anteriores. E apenas quatro já disputaram uma Copa do Mundo: Reinaldo em 78, Oscar e Carlos em 78 e 82, e Éder que estreou na Espanha em 82. Um time renovadíssimo, mas que conta com a valiosa experiência de veteranas raposas, como Mário Sérgio, Reinaldo, Vladimir e Oscar. E se os estreantes - Dema, Casagrande, Alemão e Bebeto - trouxerem o futebol eficiente que têm apresentado na Taça de Ouro, não há perigo de vexame, a despeito de que jamais nos apresentamos tão desfalcados como agora numa eliminatória, quando Zico, Sócrates, Júnior, Falcão e Cerezo ficarão torcendo em Ondas Curtas do outro lado do oceano.

Evaristo acertou também na convocação de Mário Sérgio e



Evaristo Macedo anuncia a nova seleção brasileira

Reinaldo, dois veteranos diversas vezes "sepultados" pela imprensa, e golpeou com vigor o moralismo que domina o nosso futebol. Mário Sérgio, 34 anos, é o mais habilidoso craque do nosso futebol. Mas é ao mesmo tempo o que reúne o mais vasto currículo de punições. Tanto ele como Reinaldo foram excluídos da seleção de 82 pela absurda intolerância de Telê, que condenava neles a conduta reprovável fora do campo. Os comentários que ambos nunca se recusaram a fazer sobre qualquer assunto e

os namoros de Reinaldo foram vitimados pelo obscurantismo de Telê Santana.

A estréia oficial será dia 2 de junho, em La Paz. A Bolívia não vai à Copa desde 66, quando foi beneficiada na vaga aberta pelo Brasil, campeão de 62. O outro adversário, Paraguai, não disputa a competição a mais de 30 anos. Mesmo assim, esperamos que nossa cota de azar e infelicidade já tenha sido toda consumida com as tragédias do campo político. (Jessé Madureira)

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.

Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR.

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívio Rangel.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje. CEP 57000. Macaíba: Rua Cincinela, 103, Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Faixa de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - Jazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060 - Paratinga: Rua Ferreira Moacir, 96 - CEP 47-500.

SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro. CEP 40.000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimest). CEP 45-700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60.000.

GOIÁS - Goiânia: Avenida Goiás, 657 (resquina com a Rua 4) - sala 201. Fone: 223-5571. Centro. CEP 74.000 Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro CEP 77-100.

MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Curitiba: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993. CEP 66000.

PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar - sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - CEP 80000. Fone: 234-7464. Londrina: Rua Serquipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUI - Teresina: Rua Barros, 144 N. 1º andar - sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar - sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Canalle, 1891, 2º andar - fundos. CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1569, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedroza, 33 s/319 - CEP 26000.

STA. CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Agísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Pastelagem, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorúas, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a **Tribuna Operária**. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 100.000
 Anual popular (52 edições) Cr\$ 50.000
 Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
 Semestral popular (26 edições) Cr\$ 25.000
 Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

NOME: _____
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____
 CIDADE: _____
 ESTADO: _____
 PROFISSÃO: _____ DATA: / /

Receba em casa a Tribuna Operária fazendo já a sua assinatura!

CDM 300 PMs caçam posseiros no Pará

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Enderece a carta com seu cheque nominal para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Ofensiva contra esquema

Grevistas já acumulam vitórias

Continua a greve dos metalúrgicos no ABC, Santo André, Campinas e outras cidades do interior paulista. Em assembleia realizada quarta-feira à noite, mais de 40 mil trabalhadores decidiram em São Bernardo manter o movimento "até conquistar a redução da jornada para 40 horas", que, aliás, para desespero da Fiesp, dezenas de fábricas já concederam.

No geral, cerca de 85% das fábricas estão paradas, segundo os sindicalistas. Em São Bernardo (onde trabalham 110 mil metalúrgicos), a paralisação chega a 95%. Os operários têm utilizado táticas variáveis, adequadas às condições gerais do movimento e às particularidades de cada empresa.

Praticamente todas Indústrias paradas

Desde o início da semana passada, nas grandes empresas as greves são internas: os operários entram, batem o cartão de ponto e cruzam os braços; na Volkswagen, o instrumento é a operação-tartaruga, com vistas a diminuir em 60% a produção. Nas pequenas e médias, devido à repressão interna, na maior parte dos casos os grevistas simplesmente não se dirigem ao trabalho, senão em equipes de piquetes.

O espírito de luta dos trabalhadores continua alto. No sábado, dia 13, 40 mil operários participaram de uma assembleia no estádio Baeta Neves em São Bernardo, onde reafirmaram a disposição de manter a luta até que seja quebrada a intransigência da Fiesp. No mesmo dia, eles fizeram uma longa passeata até a Igreja Matriz, gritando com entusiasmo palavras de ordem como "40 horas semanais, hora extra nunca mais", "Trimestralidade já", e outras.

A proposta da Fiesp, de reduzir a jornada de trabalho para 45 horas num prazo de três anos, foi rejeitada com vozes. Arnaldo, membro da comissão provisória de fábrica da Polimatic em Diadema (com cerca de 1.800 empregados) e também da Comissão de Negociação, diz que "todo mundo está unido em torno de nossas reivindicações, principalmente pelas 40 horas semanais, que vão nos permitir trabalhar menos pelo mesmo salário e também dar mais empregos para os companheiros desempregados".

Com um salário de Cr\$ 700 mil por mês, ele argumenta que os patrões "não têm razão para negar atender nossas reivindicações. Só a minha empresa teve um lucro de Cr\$ 800 milhões no ano passado. Enquanto a gente não conseguir o que reivindicamos, não vamos voltar ao trabalho", garante.

Patrões pedem mais violência

A diretoria da Splice do Brasil Ltda., metalúrgica situada em Sorocaba, com 700 empregados, pediu a intervenção do Exército para reprimir a greve dos operários. É um exemplo singular da atitude desarmada e arrogante que, em geral, os patrões têm assumido diante do movimento reivindicatório dos trabalhadores. O pretexto é a "omissão" da Polícia Militar e das forças repressivas sob o controle dos governos estadual e municipal.

Com a mesma orientação reacionária, o jornal "O Estado de São Paulo", porta-voz dos interesses imperialistas, exigiu em editorial o exercício mais firme da autoridade (no caso, sinônimo de violência contra os grevistas), não deixando de ameaçar, afirmando que "o poder expelle quem não o exerce".

Classificando a paralisação de "impatriótica e inoportuna", este órgão da imprensa burguesa também não se esqueceu de chantagear com o grave estado de saúde do presidente Tancredo Neves e com as dificuldades do atual momento político, que, conforme insinua, reclama "paz".

Essas manifestações, se de um lado demonstram a incapacidade das classes dominantes de conviver com os princípios elementares de um regime democrático, no momento servem unicamente aos designios obscuros das forças mais retrógradas do país, batidas nas eleições de 15 de janeiro. Funcionam como iniciativas de desestabilização da Nova República, merecendo, por isso, o mais enérgico repúdio dos democratas e do povo.

A greve é um recurso legítimo dos trabalhadores para enfrentar a exploração feroz dos patrões, um confronto de classes inevitável no capitalismo — cuja justiça ressalta ainda mais ao se lembrar o brutal

Um operador de ponte da JKW, de São Bernardo, comenta: "Eu tenho um salário de Cr\$ 335 mil por mês e família para sustentar. Nós precisamos ganhar mais, ter a trimestralidade, já que ninguém consegue viver com essa inflação, e as 40 horas semanais, que vai dar mais emprego. Com essa greve nós temos de conseguir".

Na região de Campinas (com 45 mil metalúrgicos), pelo menos 70% das empresas estão paradas. Um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos explica que a greve "tem sido por etapas, com a finalidade de que seja solidificada em algumas fábricas mais mobilizadas e se estenda para outras. Isto porque aqui a experiência grevista é pequena, só paramos na greve geral de julho de 83, fora disto, esta é a primeira". Sua perspectiva é a de que o movimento "será de longa duração". Os trabalhadores realizaram uma assembleia domingo, dia 14, com sete mil pessoas (a maior até hoje), onde decidiram continuar "até conquistar as 40 horas semanais". Não deixou de ocorrer a presença de um grupo de provocadores que, durante a passeata realizada sexta-feira, dia 13, pelos operários, avançaram contra uma faixa da Tribuna Operária, que manifestava solidariedade aos grevistas.

Em São José dos Campos, onde a paralisação é também quase generalizada, foi realizado, na sexta-feira, um ato com cinco mil pessoas em apoio à greve — um representante da Comissão pela Legalidade do PC do B falou na ocasião defendendo a justiça das exigências operárias.

Quase 50 fábricas concederam as 40hs

Ao mesmo tempo em que prossegue o movimento com vultosos prejuízos para os patrões, vários acordos com empresas, todas de pequeno e médio porte, foram firmados. Até quarta-feira, tinham sido negociados acordos com cerca de 50 empresas, atingindo milhares de trabalhadores (sendo 15 fábricas de Santo André; duas de Taubaté; 13 de Itu e 14 de São Bernardo). Com exceção das empresas de Itu (que concordaram em diminuir para 45 horas a jornada de trabalho), nas demais houve a redução da jornada para 40 horas como se pretendia; trimestralidade e INPC integral para todas as faixas, além de 6% de produtividade, entre outras coisas.

arrocho a que foi submetida a classe operária ao longo dos 21 anos de regime militar.

Os ministros do novo governo, e inclusive o presidente José Sarney, em mais de uma ocasião declararam que a consideram um fenômeno natural na democracia, repelindo as interpretações raivosas e reacionárias.

Nem por isso, contudo, o grunhido patronal deixou de surtir efeito. A violência policial contra os grevistas foi acentuada nos últimos dias. Em Campinas, 70 soldados do pelotão de choque da PM agrediram furiosamente operários que faziam piquetes, ferindo 16, dos quais sete diretores do Sindicato dos Metalúrgicos — todos tiveram de ser hospitalizados; na metalúrgica Fiel, em São José dos Campos, também foi grande a violência contra os trabalhadores; nas portas da Volkswagen, de São Bernardo, os cassetes atingiram inclusive o presidente do Sindicato, Jair Menequelli; 15 guardas da Embraer (empresa vinculada ao Ministério do Exército) chegaram a retirar o presidente do Sindicato de São José, José Luiz Gonçalves, de dentro do carro da entidade para espancá-lo covardemente com pauladas na cabeça e em todo o corpo — sangrando muito e desmaiado, ele ficou dois dias hospitalizado —, e os agressores ainda quebraram os vidros e praticamente destruíram o veículo do Sindicato.

Esses e outros abusos intoleráveis são usados com o mentiroso argumento de combater a intransigência e o radicalismo dos trabalhadores. Impatrióticos e alheios aos interesses do povo e da nação, na verdade, são os fabulosos lucros obtidos pelos patrões (e por eles defendidos com intransigência e arrogância) à custa da miséria do operariado. Isto sim, é que tem de ser combatido.



40 mil operários de São Bernardo decidem que a greve continua; em Campinas (abaixo): o ânimo é geral

Este fato desmascara a federação patronal (Fiesp) que até o momento vinha usando o pretexto de que as médias e pequenas empresas não suportariam as reivindicações, para justificar a intransigência nas negociações. Aliás, quem expressou com maior clareza e cinismo as razões patronais foi o empresário ianque Robert Gerrity, presidente da Ford Brasil: "A redução da jornada de trabalho reduziria nossa capacidade produtiva em 15%; nossas vantagens aqui são que a mão-de-obra custa muito pouco para nós. Nos Estados Unidos, um operário ganha 28 dólares por hora e aqui ganha apenas três dólares e já chegou a ganhar quatro. Se igualarmos as condições salariais não haverá vantagem, pois é por essas razões que a indústria mundial", ou seja, as multinacionais, "está investindo mais no Brasil e em países como a Coreia e Formosa, onde o custo de uma hora trabalhada é ainda menor, de 1,5 dólar".

Também neste ano, os operários do interior representados pela Federação dos Metalúrgicos negociaram em separado do chamado grupo independente (ligado à CUT e ao PT). Dos 32 sindicatos vinculados àquela entidade, 31 realizaram assembleias que acataram as propostas da Fiesp, consideradas razoáveis: 100% de INPC para todas as faixas salariais; 4% de produtividade nas empresas com até 500 trabalhadores e 5% nas acima de 500; ga-

rantia da trimestralidade, cujo critério será definido dentro de um prazo de 60 dias. A jornada de trabalho não sofrerá alterações. Apenas os metalúrgicos de Jundiaí não aceitaram as propostas, exigindo, além do que foi oferecido, a incorporação ao salário de uma antecipação de 25% concedida em janeiro pelas empresas.

Mais uma vez ficou patente o prejuízo causado pela divisão, que, fruto

do sectarismo e partidarismo estreito das cúpulas, acabou atingindo as bases e enfraquecendo a luta da classe em seu conjunto. No dia 2, os trabalhadores dirigidos pela Federação realizaram uma vigorosa greve em 25 cidades, demonstrando uma grande combatividade que, se somada à dos operários dirigidos pelo grupo independente, aumentaria em muito o poder de fogo do movimento.

Metalúrgicos da capital também vão parar pelas 40 horas

A paralisação dos metalúrgicos de São Bernardo e de outras cidades do interior de São Paulo ganhará um poderoso reforço na semana que vem: a partir de terça-feira, dia 23, entram em greve os 330 mil metalúrgicos da capital paulista. A decisão de unir forças na luta pela redução da jornada de trabalho foi tomada em assembleia na noite do dia 17, na sede do Sindicato, com a presença de cerca de 2 mil operários.

Conforme destacou Luís Antonio, presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, "esta assembleia foi convocada para que a nossa categoria reforce as fileiras na luta pela redução da jornada de trabalho. Além de dar apoio à justa greve do ABC e do interior, este é o momento certo para somar forças na luta pelas 40 horas semanais".

Na semana passada o Sindicato encaminhou ofício à Fiesp (órgão dos patrões) solicitando abertura de negociações e reivindicando a redução da jornada de trabalho. "A resposta patronal foi um simples não. Agora estamos dando o primeiro passo para exigir negociações", relatou Luís Antonio, que também apresentou a proposta da diretoria como forma de pressão: um dia de greve. Ao final foi aprovada a paralisação, mas por tempo indeterminado, com nova assembleia na quarta-feira, dia 24. Mais uma vez, no entanto, setores sectários da chamada Oposição Sindical tentaram tumultuar a reunião, vaiando indiscriminadamente os oradores.

A vitoriosa assembleia contou com



Luís Antônio defende a unidade dos trabalhadores na luta pela redução da jornada

a presença de dirigentes sindicais de diversas categorias, inclusive do vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente de Paula. Este afirmou que "chegamos à conclusão que não adianta lutar sozinho, já que esta é uma luta de toda a classe operária brasileira".

Com a realização da assembleia, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo deu nova demonstração de combatividade e consequência na busca da unidade dos trabalhadores. Apesar da categoria não se encontrar em campanha salarial, que terá data-base em novembro, a direção da entidade convocou a reunião para expres-

sar solidariedade aos grevistas do ABC e interior e deliberar sobre as formas de luta pela redução da jornada.

Além disso, desde a semana passada o Sindicato já vinha realizando visitas às fábricas da capital. Ela orientou a categoria a não fazer horas-extras, recusar serviços nas fábricas paralisadas e não aceitar transferência para as cidades em luta, bem como entrar em operação "marcha-lenta", reduzindo o ritmo da produção. Também na greve do dia 2, dirigida por 19 Sindicatos do interior, pelo Sindicato dos Metalúrgicos, vários dirigentes e ativistas do capital se deslocaram para o interior, contribuindo nos piquetes e na organização do movimento.